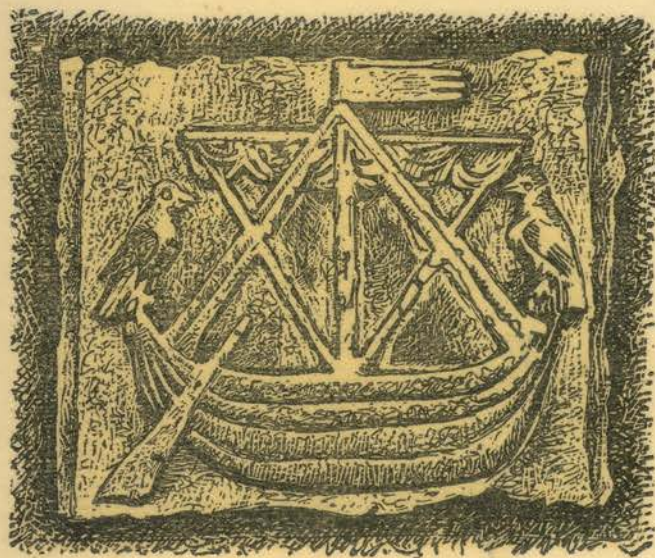


NORBERTO DE ARAÚJO
INVENTÁRIO
DE
LISBOA

Fascículo 4



Edição da
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

INVENTÁRIO
DE
LISBOA

INVENTARIO

DE

LIBROS

Incorporação
- NOV. 1962

399⁴ A.

Q-1715 A.

INVENTÁRIO DE L I S B O A

por

NORBERTO DE ARAÚJO

Fascículo IV



Reg. Bril. nr 326

R. P. 1507
A. 16383

C. M. L.
1 9 4 6

Capa de MARTINS BARATA
Ilustrações de CARLOS RIBEIRO
Fotografias de HORÁCIO NOVAIS

SUMÁRIO

Publicados:

FASCÍCULO I — **Monumentos nacionais** — Castelo, Sé, Jerónimos, Torre de Belém, S. Vicente, Basílica da Estrela, Aqueduto das Águas Livres.

FASCÍCULO II — **Sistemas defensivos** — Cerca Moura (século XII), Cerca de D. Fernando (século XIV), Defesas marítima e terrestre (século XVII), Campo Entrincheirado (século XIX).

FASCÍCULO III — **Paços e Palácios Nacionais** — Belém, Bemposta, Necessidades, Ajuda e Assembleia Nacional.

FASCÍCULO IV — **Outros palácios do património nacional** — Almada, Alvor, Calheta, Marialva (Belém), Niza, Ega, Burnay (Junqueira), Lavradio, Barbacena, Penafiel, Foz e Farrobo (Laranjeiras).

A publicar:

FASCÍCULO V — **Palácios municipais** — Távora-Galveias, Mitra, Paços do Concelho e Folgosa — Casa dos Bicos. — (No prelo).

A seguir:

FASCÍCULOS VI e VII — **Palácios e casas particulares.**

Sucessivamente:

O desenvolvimento do Sumário indicado no fascículo I.

(A ordem por que são tratados os vários capítulos do «Inventário» nem sempre poderá ser a que foi exposta na folha-sumário do fascículo I).

SUMÁRIO

Introdução

Introdução I - Apresentação geral do trabalho, objetivos, metodologia, estrutura e organização do trabalho.

Introdução II - Apresentação dos resultados obtidos, discussão dos resultados, conclusão e recomendações.

Introdução III - Apresentação da bibliografia consultada, fontes de dados, metodologia utilizada.

Introdução IV - Apresentação da estrutura do trabalho, organização dos capítulos, metodologia utilizada.

1. Introdução

1.1. Apresentação geral do trabalho, objetivos, metodologia, estrutura e organização do trabalho.

2. Desenvolvimento

2.1. Apresentação dos resultados obtidos, discussão dos resultados, conclusão e recomendações.

2.2. Apresentação da bibliografia consultada, fontes de dados, metodologia utilizada.

2.3. Apresentação da estrutura do trabalho, organização dos capítulos, metodologia utilizada.

2.4. Apresentação dos resultados obtidos, discussão dos resultados, conclusão e recomendações.

PALÁCIOS DO PATRIMÔNIO
NACIONAL

OUTROS PALÁCIOS DO PATRIMÔNIO NACIONAL

Séculos XV-XVII

PALÁCIO ALMADA

Século XVII

PALÁCIO ALVOR
PALÁCIO CALHETA
PALÁCIO MARIALVA
PALÁCIO NIZA

Século XVIII

PALÁCIO DA EGA
PALÁCIO BURNAY (JUNQUEIRA)
PALÁCIO LAVRADIO
PALÁCIO BARBACENA

Séculos XVIII-XIX

PALÁCIO PENAFIEL
PALÁCIO FOZ
PALÁCIO FARROBO (LARANJEIRAS)

OUTROS PALÁCIOS DO PATRIMÔNIO NACIONAL

Segunda metade do século XVIII

PALÁCIO ALVARADO

Segunda metade do século XVIII

PALÁCIO ALVES

PALÁCIO CAMARGO

PALÁCIO CARVALHO

PALÁCIO CUNHA

Segunda metade do século XVIII

PALÁCIO DA EÇA

PALÁCIO DE BRASÃO LINDO

PALÁCIO LAMARCA

PALÁCIO LARANJEIRA

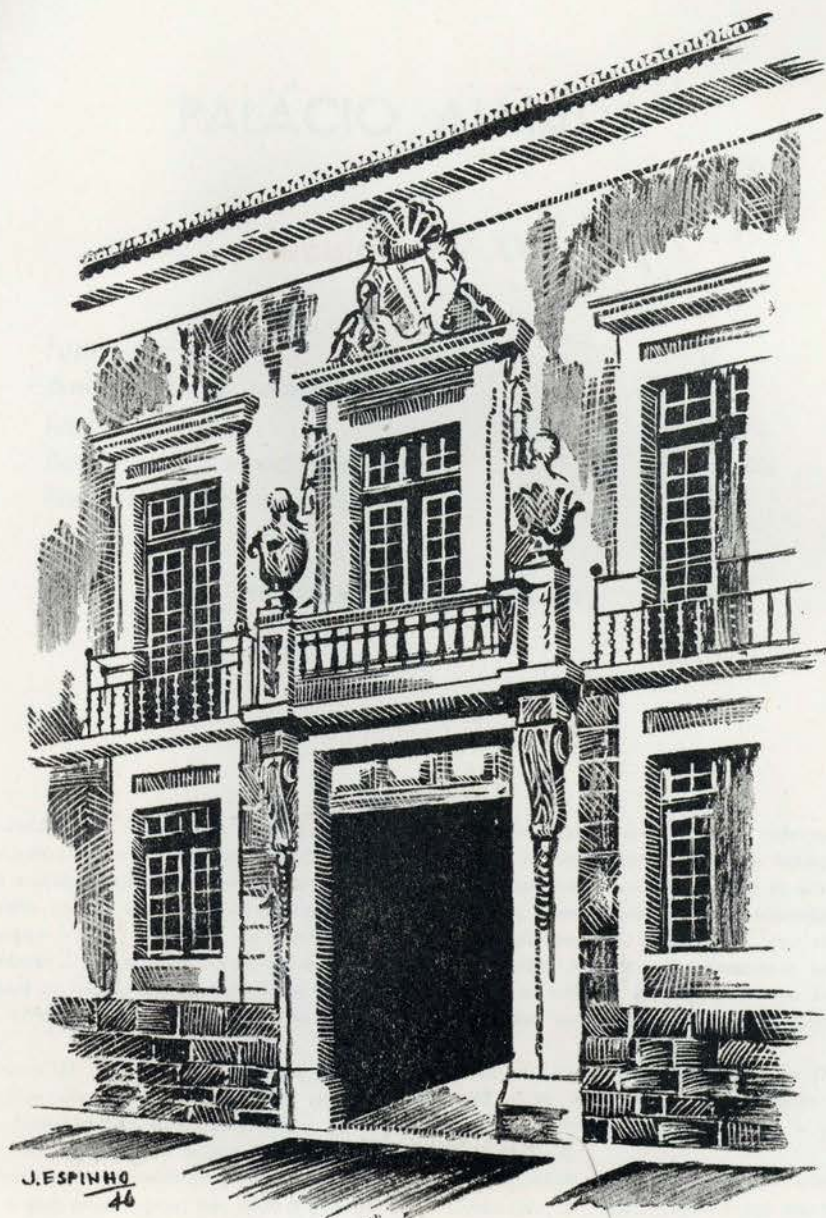
Segunda metade do século XVIII

PALÁCIO MARINHO

PALÁCIO DOS

PALÁCIO FARO DE BARCELONA

PALÁCIOS DO PATRIMÓNIO NACIONAL



PALACIOS DO PATRIMÔNIO NACIONAL



PALÁCIO ALMADA

Séculos XV-XVII

Fundação	1467
Ampliação da primitiva casa	1509
Restausos	Séc. XVII
Reedificação e rectificação	Séc. XVIII
Restausos e reintegração	1940

[Freguesia dos Restauradores]

Breve notícia histórica

O Palácio dos Condes de Almada, no Largo de S. Domingos, é um dos mais representativos espécimes seiscentistas da área urbana de Lisboa, ainda que de linhas simples, e com tradições que justificam a classificação do «monumento nacional». Os Almadás remontam pelo menos ao século XIV; nesta família entrou o condado de Avranches, na Normandia, com honras e título concedidos pelo Rei Henrique VI de Inglaterra ao famoso e lealíssimo D. Alvaro Vaz de Almada, que sucumbiu com o Infante D. Pedro em Alfarrobeira (12 de Maio de 1449). Não tem fundamento a versão de que no final do século XIV ou princípios do século XV havia no «Rossio de Valverde» um solar dos Almadás. (Uns «Paços de Valverde», da família Almada, teriam existido, mas perto do Mosteiro de Alcobaça).

Certo é D. Fernando de Almada, filho do 1.º Conde de Avranches, e sua mulher D. Constância de Noronha, haverem comprado, em Junho de 1467, a D. Nuno Barbudo e, depois, à irmã dêste, D. Isabel de Andrade, umas casas que estes possuíam às Portas de Santa Antão, e que lhes couberam em partilhas por morte de seu pai, Bolindim de Barbudo.

Sobre núcleos primitivos, começou naquele ano a ter existência o solar dos Almadás, aumentado quarenta e dois anos depois: em 1509 o 3.º Conde de Avranches, D. Antão, aforou por trespasse ao

Senado da Cidade um chão junto ao adro de S. Domingos, e teria já tomado ao cabido da Sé um chão de quintais, a Norte, junto à muralha de D. Fernando. Em 1684 D. Lourenço de Almada, que foi governador da Madeira e do Brasil, requereu ao Senado que lhe cedesse um chão para «endireitar» as suas casas junto ao Rossio; cedido esse chão em 1713, o fidalgo ampliou e reconstruiu o seu palácio, mas já com outro alinhamento, sem dúvida. Em 1740 outras importantes obras se realizaram na nobre casa dos Almadás, que pouco sofreu pelo Terramoto; em 1774 D. Antão de Almada embelezou os jardins, e mandou lá colocar os painéis de azulejos comemorativos da conjuração e restauração de 1640. No século passado o palácio não recebeu obras de vulto, antes foi vítima de enxovalhos, provocados pelo sucessivo inquilinato.

O fulcro da história do palácio é a conspiração de 1640. Não é apenas tradição, mas facto comprovado, que os conjurados se reuniram «também» na casa de D. Antão Vaz de Almada (num pavilhão dos jardins, que não nas salas), embora não fôsse ali, por precaução, o centro conspiratório, sendo positivo, porém, que no palácio se realizou a última e decisiva reunião na madrugada do 1.º de Dezembro. (O primeiro fidalgo desta família que recebeu o título de conde foi, em 1793, Lourenço José Boaventura de Almada).

Quanto aos dois chamados «torreões históricos» (e que não passam de chaminés de cozinha), muito decorativos, situados na ala Nascente sobre as Escadinhas da Barroca, eles remontam, pelo menos, ao terceiro quartel do século XVI, pois já aparecem na planta «Olissippo quae nunc Lisboa...», de Georgio Braunio, de 1572.

No palácio, no qual durante vários períodos da sua história não residiram os Almadás (em princípio de Julho de 1833 abandonaram-no definitivamente como moradia de família), instalou-se o Depósito Público em 1756, o Senado Municipal em fins de 1757 ou princípios de 1758 (até 1766), e o Tribunal da Relação em 1758, este hóspede durante bastantes anos, chegando mesmo o actual Largo de S. Domingos a ser denominado «Largo da Relação» (1775). No final da primeira década do século que decorre ocupava o edifício o Quartel General da 1.ª divisão, que ali estava já desde, pelo menos, 1896, e pouco depois de 1911 o palácio começou a ser distribuído por inquilinato comercial, da mesma maneira que, na segunda metade do século passado, e mesmo antes, recebera vários inquilinos particulares. A Comissão Central 1.ª de Dezembro, fundada em 1861, logo nesse ano ali se instalou. Nos baixos do palácio, na Rua Eugénio dos Santos, existiu, de 1924 até 1938, um «Café Comercial».

Em 1925 começou a tomar vulto a iniciativa de se adquirir o Palácio dos Condes de Almada, havendo o Congresso da República (19 de Agosto) votado uma lei autorizando uma emissão de selos comemorativos cujo rendimento seria destinado àquêle fim; mais tarde, em 16 de Março de 1928, por decreto, foi confirmada, com alterações, aquela lei. Posteriormente foi aberta pela Sociedade Histórica da Independência (que sucedeu à Comissão Central do Primeiro de Dezembro, fundada em 1861) uma subscrição nacional, que rendeu cerca de 1.300 contos. A colónia portuguesa no Brasil, independentemente dessa subscrição, reuniu fundos para o patriótico fim. Em 25 de Agosto de 1939 foi assinada na Direcção Geral da Fazenda Pública a escritura da compra do histórico monumento, por 2.800 contos, outorgando como representante da colónia portuguesa no Brasil, que custeou a operação, o Dr. António Luis Gomes; em 30 de Maio desse ano o Estado adiantou 5.000 contos para imediata satisfação dos encargos. Começaram então as obras de restauro e reintegração, uma verdadeira reedificação com aproveitamento de materiais dispersos e ocultos, levadas a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sendo construída, sob a ala Poente do palácio, a arcaria de desafogo e embelezamento que corre no começo da Rua Eugénio dos Santos. O edificio, já património nacional, foi entregue à Sociedade Histórica em cerimónia pública, que se efectuou na Praça do Comércio em 24 de Novembro de 1940, e nessa mesma tarde aquela Sociedade Histórica e o Commissariado da Mocidade Portuguesa — aos quais o palácio se destinou — receberam no Salão Nobre as chaves das salas. Oficialmente a posse realizou-se no dia 1 de Dezembro daquele ano dos Centenários.

O produto da subscrição aberta pela Sociedade Histórica serve de fundo de manutenção.

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

(CONDES DE ALMADA)



Arcaria (1940) sob a ala Poente do Palácio na Rua Eugénio dos Santos



PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA



Fronteira do palácio sobre o Largo de S. Domingos, vendo-se à direita os torreões

PALÁCIO MARIALVA OU LOULÉ



Fachadas Norte e Nascente, sobre a Praça do Império, em Belém (pág. 25)

INVENTÁRIO

No Palácio do Condes de Almada, apenas com o andar nobre acima do andar inferior, há a considerar, designadamente, a frontaria principal, o pátio nobre, o segundo pátio superior, algumas salas, o «recanto de azulejos historiados», do desaparecido jardim, as chaminés oitavadas e algumas portas manuelinas. Desenvolve-se:

O EXTERIOR, e nêle:

A **Frontaria Principal**, voltada a Sul (Largo de S. Domingos), precedida de um terreiro guarnecido de cortina de gradeamento, e nela:

O *portal* seiscentista emoldurado, sobreposto de varanda de balaústres a guarnecer a *janela central*, das onze de sacada do andar nobre que a fachada apresenta, engrinaldada de renques e sobrepujada de *brazão* (armas dos Almadás e Avranches, abertas e floretadas, com duas águias na contrabanda);

A *fachada lateral* com sete janelas de sacada, sôbre a Rua Eugénio dos Santos, apoiada numa baixa e sólida arcaria (1940) de sete arcos de volta redonda.

No INTERIOR há a considerar:

O **Pátio Nobre**, antecedido de uma passagem sob *três arcos* de volta abatida, sucessivamente desenvolvidos no sentido da largura, e nêle:

A *face Poente*, enobrecida por um *duplo portal* de quatro colunas e verga de relêvo architectónico, sobreposta de duas janelas, ligadas por uma varanda de grades, das quatro similares que esta face possui;

A *face Nascente* (até 1940 pejada de construção amalgamada), e nela:

A *escada* que ao cabo do primeiro lanço se desdobra em dois rematando num *terraço*, voltado para o centro do pátio, tendo

por fundo a parede exterior das antigas cozinhas e o recorte alto das chaminés características do palácio;

Dois portais quinhentistas, abrindo cada um nos topos do terraço, para salas da Sociedade Histórica, sendo o da esquerda mais formoso, em verga polilobada e colunelos assentes sôbre animal fabuloso (reconstituições de 1940);

A *face Norte*, do fundo, com quatro janelas de sacada do tipo uniforme da composição decorativa do pátio; uma passagem de túnel, rematada por escada, conduz ao

Pátio Pequeno, em nível superior, no qual em três faces se abrem janelas do tipo das do pátio nobre, e nêle:

Dois portais quinhentistas, na face Sul, sensivelmente idênticos ao do extremo direito do terraço do primeiro pátio, e que abrem para salas da Sociedade Histórica;

Um corpo saliente na face Norte, apoiado em *duas colunas* de pedra, dando sentido decorativo no recinto;

Panos de azulejos, de desenho setecentista, ajustados recentemente na parede nascente;

Uma *figura escultórica* (sôbre pedestal, ao centro dêste pátio), em bronze, representando um fidalgo do século XVII empunhando uma bandeira, obra assinada por J. P. L. Santos Ferenzi, 1883, e fundida em «cera ardida» numa oficina de Lisboa.

Dêste pátio superior se passava para os antigos jardins (cujo local é ocupado por um grande barracão — geradora das Com-



panhias Reunidas de Gás e de Electricidade), através de uma estreita faixa livre, que conduz ao

Recanto Histórico, no qual se reuniram pela última vez os conjurados de 1640, guarnecido pela frente por duas pequenas colunas e grade de ferro, tendo ao fundo um lindo tanque de jardim; e nêle:

Três painéis de azulejos (em parte mutilados), de valor histórico documental (século XVIII), representando cenas da Restauração, que sumariamente se descrevem, pela ordem cronológica:

Seis conjurados (D. Antão de Almada, D. Miguel de Almeida, Francisco de Melo, Jorge de Melo, Pedro de Mendonça e João Pinto Ribeiro) reunidos à roda de uma mesa, num caramanchão do antigo jardim dêste palácio; no painel uma legenda superior, em fita: «Amor, Constancia e Fidelidade», e em baixo a legenda «Venturozo citio, honrozias conferencias em que se firmou a Redempção de Portugal»;

A cena do assalto ao Paço da Ribeira; D. Miguel de Almeida solta de uma janela do palácio real o grito (legenda em fita) «Liberdade, Liberdade, Viva El-Rei D. João IV»; em baixo numa legenda lê-se: «Redempção de Portugal, A Fidelidade e o Amor triunfão»;

Procissão saindo da Sé, em acção de graças pela libertação; vêem-se na composição o Arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, D. Álvaro Avranches, a cavalo, ostentando a bandeira da cidade, e o Padre Nicolau da Maia, elevando um crucifixo; uma legenda em latim, reproduz um versículo do cântico de Zacarias: «Benedictus Dominus Deus Israel quia Vizitavit, et fecit Redemptionem Plebis suae».

Por uma pequena escada situada no posterior do frontão dêste recanto passa-se a um estreito caminho, em rampa de es-

cadaria; nêle, do lado esquerdo, está de pé, fazendo guarda, um *trôço da muralha de D. Fernando*, que iria ligar a um cubelo existente, em parte, no Recolhimento da Encarnação.

As **Duas Chaminés** do palácio (século XVI), que davam tiragem às cozinhas (até 1940 habitação de famílias pobres com entrada pelas Escadinhas da Barroca, n.º 1, hoje dependências nuas e limpas, com acesso por um dos corredores da Sociedade Histórica); nelas, e desiguais, há a considerar os remates ameaçados dos cones oitavados, e, acima dêles, um coroamento canudado, circundado de cimalha decorativa;

As **Salas** da Sociedade Histórica, e entre elas, designadamente: o **Salão Nobre**, principal do palácio, correspondente à varanda e janela central da frontaria, com teto apainelado, em carvalho, ombreiras de mármore, silhares de madeira, chão de «parquet» de «damas» (destina-se a Museu da Restauração, em organização); por cêdência da Direcção Geral da Fazenda Pública encontram-se já no depósito da Sociedade Histórica, dois curiosos quadros (vindos do Palácio da Ajuda), pintura da segunda metade do século XVII, de cenários sensivelmente idênticos, que representam o Terreiro do Paço da Ribeira, no momento da aclamação de D. João IV (1 de Dezembro), e juramento real e cortejo (15 de Dezembro), obra que se supõe da autoria de José Avelar Rebêlo, pintor muito da simpatia de D. João IV;

As **Salas** da Mocidade Portuguesa, e entre elas uma com silhar de azulejo.

Na parede da face Sul do pátio nobre, ao alto, foi colocada uma lápide em pedra, quadrada, com a seguinte legenda gravada «A Colónia Portuguesa do Brasil adquiriu e doou ao Estado êste palácio—MCMXLV».

PALÁCIO ALVOR

(DAS JANELAS VERDES)

Século XVII

Fundação	1690
Restauros	Séc. XVIII e XIX
Ampliação e restauro	1918-1940

[Freguesia de Santos]

Breve notícia histórica

O Palácio Alvor, belo espécime de habitação seiscentista, na Rua das Janelas Verdes — e no qual está instalado desde 1884 o Museu, que também dependeu da Real Academia de Belas Artes, desde 1911 Museu Nacional de Arte Antiga —, foi mandado construir em 1690, sobre umas casas que constituíam um prazo cujo domínio directo pertencia ao Real Mosteiro de Santos, por D. Francisco de Távora, 1.º Conde de Alvor, que foi governador de Angola e vice-rei da Índia, irmão de Luís Álvares de Távora, 1.º Marquês de Távora. Por morte daquele em 1710, herdou a casa seu filho, D. Bernardo, 2.º Conde de Alvor. O Palácio foi depois à praça por dívidas deixadas pelo edificador, e comprado por 22.000 cruzados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, estando o 2.º Conde, porém, em 1737, senhor do «direito de remir», e com obrigação de reembolsar o comprador, direito que, por sua vez, transferiu por 23.000 cruzados ao Dr. Matias Aires Ramos da Silva de Eça provedor da Moeda, nascido no Brasil, notável escritor e moralista, e que entrou na posse do palácio Alvor em Março de 1744, passando, até ao dia do Terramoto, a residir nêlo, onde consunuiu 50.000 cruzados em benfeitorias. Em 1759 morava no palácio o embaixador alemão, conde de Metch, e em 1762 começou a habitar a casa nobre o cônsul da Holanda Daniel Gildemeester (que no Palácio Alvor fez grandes obras, e onde viveu durante trinta anos como inquilino).

Falecido Matias Aires em 1763, e após um processo de penhora, muito forçado, foi o palácio novamente à praça, e adquiriu-o, por sugestão do citado Gildemeester, e por 30.000 cruzados, Paulo de Carvalho de Mendonça, presidente do Senado da Câmara de Lisboa, e, mais tarde, cardeal; por morte dêste, em 1770, herdou a casa das Janelas Verdes seu irmão, o 1.º Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, que nela nunca fez obras e nem sequer habitou, continuando a residir no Palácio Alvor

o cônsul da Holanda, mesmo depois da morte do estadista (1782) e no tempo de seu filho e herdeiro, o 2.º Marquês, D. Henrique José de Carvalho e Melo, que só se instalou na sua casa em 1793 após uma longa demanda promovida pelos herdeiros de Matias Aires, que a ganharam, sem contudo entrarem na posse do palácio por não puderem cumprir os termos da sentença (1785). Desde então e até 1884, ano em que o Estado o adquiriu, andou o palácio na Casa Pombal, por vezes arrendado (morreu nêle, em 26 de Janeiro de 1873, D. Maria Amélia de Beauharnais, segunda mulher de D. Pedro IV).

Quanto ao edifício, muito desfigurado por obras e acrescentamentos, nem todos felizes, e que lhe sacrificaram a pura feição seiscentista interior, quer no tempo de Matias Aires quer no tempo de Paulo de Carvalho, — foi em Abril de 1919, a esforços do Dr. José de Figueiredo, director do Museu, objecto de primeiros estudos para realização de restauros e ampliação do lado Poente (projecto de Adães Bermudes), demolindo-se logo o contíguo convento das carmelitas «albertas», excepto a igreja, e abrindo-se fundações para o edifício novo. O projecto Bermudes foi pouco depois posto de parte, assim como os alçados das três frentes encomendados ao professor José Luis Monteiro. Em 1930 Guilherme Rebêlo de Andrade começou os estudos para a construção do edifício novo, que nenhuma relação tem com o seiscentista palácio Alvor, e para restauro e ampliação dêste, pelo Nascente; as obras começaram em Setembro de 1937 e podiam considerar-se concluídas em princípios de 1940. Os anexos do lado Nascente foram construídos de Agosto de 1938 a Fevereiro de 1940.

INVENTÁRIO

O Palácio Alvor é constituído por um grande corpo rectangular, com a face principal voltada a Norte (Rua das Janelas Verdes) e a posterior, sobre jardim, êste por construir, voltada a Sul. A parte correspondente às seis últimas janelas do lado Nascente constitui o prolongamento, integrado êste no edifício primitivo e uniformizado no estilo seiscentista do antigo palácio. Em sequência, para Nascente, abre-se, entre cortinas gradeadas, o portal de acesso ao pátio e ao jardim. Do lado Nascente do pátio foi construída a casa do fiel do Museu, de tipo seiscentista também; ao fundo levantou-se o edifício do Instituto de exame e restauro de quadros, em linhas modernas e com três desafogados pavimentos (G. Rebêlo de Andrade). A área total, com jardim, é de 5.838^{m²}.

No Palácio Alvor, há a anotar:

O EXTERIOR, e nêle:

A Fachada Norte, principal, com suas vinte e uma janelas de sacada no andar nobre, todas de grossos varões de nós, seiscentistas, e dezanove gradeadas correspondentes ao primeiro pavimento, e nela:

Os dois portais, situados, simetricamente, ao centro da fachada, distanciados um do outro pelo espaço correspondente a três janelas, no tipo de arquitectura nobre

guarnecidos de emolduramento de cantaria, sobrepujado de brasão heráldico dos Carvalhos coroado de marquês; as janelas que assentam sobre os portais são emolduradas e guarnecidas de labores de cantaria.

A Fachada Sul (uniformizada e prolongada para Nascente (1940) na feição da fachada principal), constituída por três corpos contínuos, sendo o central levemente avançado; os corpos laterais têm cada um oito janelas no andar inferior, e outras oito, com varanda, no andar superior; o corpo

PALÁCIO ALVOR

(JANELAS VERDES)

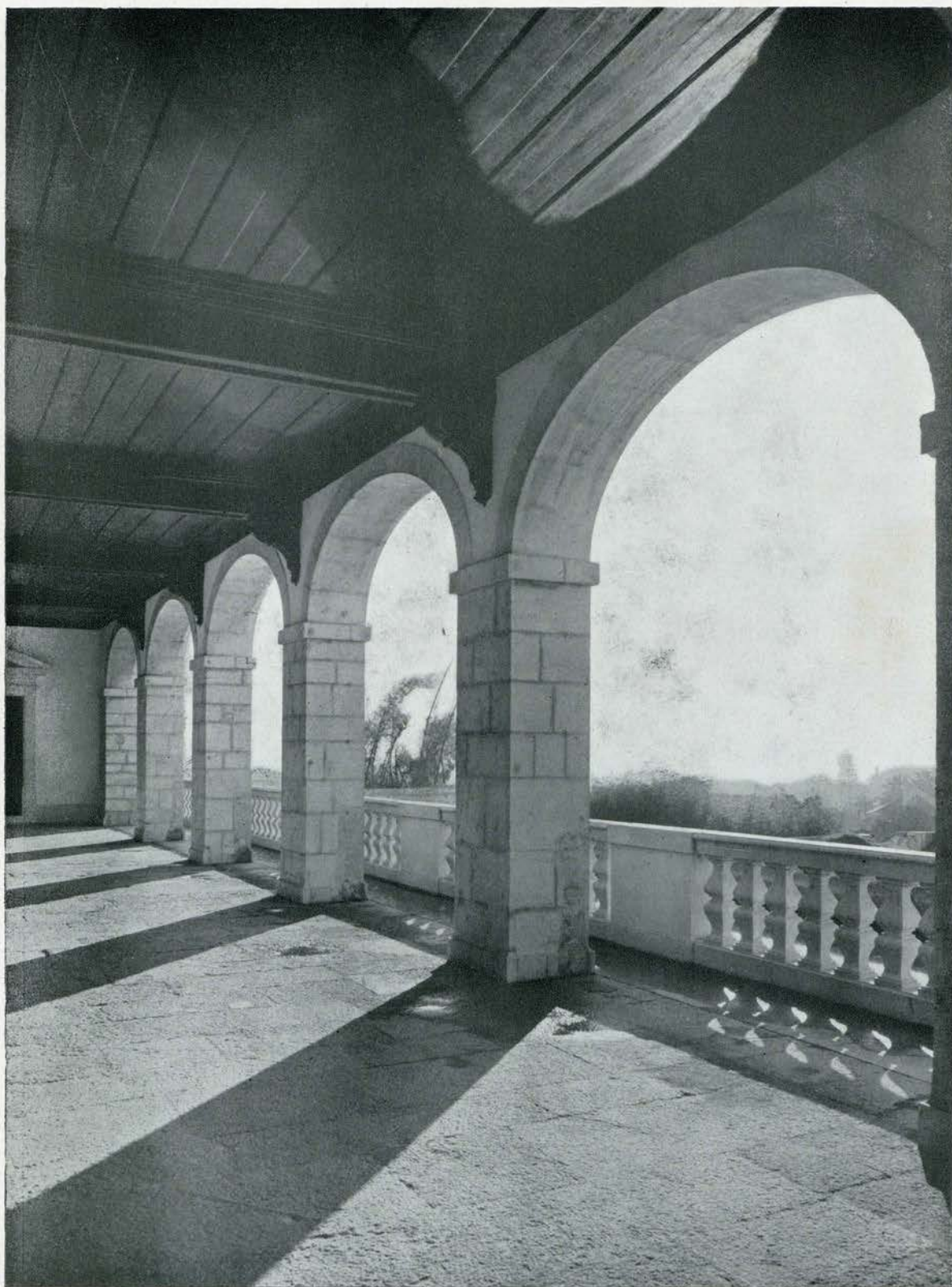


Frontaria principal, Norte, já com o seu prolongamento para Nascente



Fachada Sul, sobre o jardim, vendo-se a triplice arcaria central construída recentemente

PALÁCIO CALHETA



Pormenor da galeria Sul com a arcada sobre o lago (pág. 22)

central, no qual se abre ao nível do terreno uma única porta de toda esta frontaria, tem no andar inferior oito janelas uniformes, e assinala-se, no andar superior, por uma triplíce arcaria decorativa, adiantada de um curto terraço cujo fundo é constituído por três janelões envidraçados do Museu, tendo de cada lado duas janelas, uniformes, em correspondência simétrica com as do plano inferior.

No INTERIOR (sem semblante palaciano, do qual desapareceram pinturas murais e revestimentos de azulejos, e cujas salas adaptadas a Museu, são desprovidas de interesse de inventário), assinala-se apenas:

O *Atrio*, amplo, do qual abrem várias salas do Museu;

A *Escadaria* para o andar nobre, com *porta* architectónica (século XVIII) sobrepujada de composição heráldica dos Carvalhos;

Duas salas, do lado Sul, com tetos, de finos ornatos de estuque em relevo pouco acentuado (João Grossi?, segunda metade do século XVIII), um deles representando meninos e cupidos;

Duas salas, na extremidade ocidental do lado Norte, com tetos pintados a têmpera, da primeira metade do século XVIII.

(O Museu, que ocupa o antigo Palácio e o edificio novo, será referido no capítulo próprio do «Inventário»).



PALÁCIO CALHETA

(PÁTIO DAS VACAS)

Século XVII

Fundação	Meados do séc. XVII
Reedificação	1726
Restauros	Séc. XX

[Freguesia de Belém]

Breve notícia histórica

O Palácio Calheta, conhecido pela designação, não apenas popular mas histórica, de «Palácio do Pátio das Vacas», corresponde às casas nobres, com sua quinta, compradas em Setembro de 1726, por 50.000 cruzados, por D. João V a D. Pedro de Vasconcelos e Sousa da Câmara, filho de D. Joana de Távora, neto do 5.º Conde da Calheta, sobrinho e genro do famoso Conde de Castelo Melhor, ministro de D. Afonso VI. É uma edificação de fundo seiscentista, cuja época de construção não se pode precisar — meados do século —, caracterizada no exterior por linhas que acusam restauros do século XVIII, do tempo de D. João V, que a possuía como terreno da «Quinta Real do Meio», assim chamada por oposição às quintas dos Aveiras, «de Baixo», e a uma outra «Quinta de Cima», mais a Norte, na Ajuda, também propriedade real (Vide, no fascículo III, Paço de Belém e Paço da Ajuda).

Foi cerca do «Pátio das Vacas», logradouro da Casa Calheta, ainda hoje subsistente e desfigurado em ruínas, não constituindo já passagem para Alcolena, que se deu o atentado contra D. José na noite de 3 de Setembro de 1758; no Palácio, onde então estavam instaladas algumas secretarias de Estado, procedeu-se aos interrogatórios dos implicados no atentado, os Távoras entre eles, de cuja família era ascendente a mãe do vendedor da quinta e casas nobres, D. Joana, que ali vivia em 1701.

Pelo meado do século passado o Palácio deu hospedagem a personalidades estrangeiras de sangue real, entre as quais dois filhos de Luís Filipe, de França.

A casa que fôra dos Vasconcelos e Sousas (Calheta e Castelo Melhor reunidas) caiu no último quartel do século passado em grande abandono, e, a despeito do que ainda hoje ostenta, pode

considerar-se uma sombra do que foi, havendo padecido exteriormente com a montagem da secção colonial da Exposição do Mundo Português (1940) no Jardim Colonial, instalado este em 1914 na maior parte da quinta.

O edifício do Palácio é ocupado desde 1916 pelo Museu Agrícola Colonial, e, como tal, dependência do Ministério das Colónias. Recentemente foi objecto de obras de restauro, as quais reintegraram o palácio, sobretudo no exterior, numa feição aproximada do que fôra nos séculos XVII e XVIII. Em 1919 o edifício fôra beneficiado e restaurado (Cláudio Martins) em grande parte da sua cerâmica de azulejos, a qual constitui o mais notável do recheio decorativo do Palácio.

INVENTÁRIO

O antigo Palácio Calheta situa-se no Alto do Jardim Colonial, ocupando uma área de 1.162^{m²}, limitada a Sul pelo citado jardim, a Norte pelo antigo Pátio das Vacas, a Nascente pelo Largo do Museu Agrícola e a Poente pela Calçada do Galvão.

No **EXTERIOR** há a considerar as suas quatro faces, das quais a do Sul oferece maior interesse. Anota-se:

Frontaria Sul, constituída por corpos contínuos e irregulares na altura e no alinhamento, e nela:

O *corpo extremo* Sul-Poente, sobre a Calçada do Galvão, com duas ordens de duas janelas, sendo as do andar superior guarnecidas de balaustres;

Um *corpo* maior, seqüente àquêle, e mais recuado, e, nêle, uma varanda corrida com varões seiscentistas adiante da outras tantas janelas; cinco portas do andar inferior, sendo a do centro coroada de ática, um terraço que avança até ao nível dos outros corpos da frontaria Sul, e está guarnecido de balaustrada;

O *corpo principal* desta frontaria Sul, muito decorativo, com corpos extremos acentuados, e nêle: a galeria com teto de madeira escura, e com cinco portas, e nela, à frente, um arco avançado grande, de volta redonda (1943-1944), do qual nasce, ladeada por balaustrada, uma ponte de passagem, sobre o lago que acompanha em extensão a frente dêste corpo, para a escadaria que desce ao Jardim Colonial; uma

arcaria, primitiva, de vãos de cinco voltas redondas acompanhando a galeria; nove janelas no andar superior do corpo principal, também de varões seiscentistas;

Frontaria Norte, sobre o antigo Palácio das Vacas, constituída por corpos irregulares, em altura e alinhamento, restaurados recentemente, e nela: a porta principal do Museu, coroada de ática, treze janelas no andar superior;

Frontaria Poente, único corpo extremo, com duas ordens de três janelas.

No **INTERIOR**, restaurado recentemente com arranjos e adaptações, anota-se:

O **Átrio**, logo adiante da porta principal da lado Norte, revestido de silhares de azulejos, do qual, à esquerda, adiante de um arco de volta redonda, nasce a *escadaria* que conduz ao Museu, em dois lanços, com rodapés de azulejos seiscentistas.

As várias **Salas** do Museu, com tetos apainelados, e cuja divisão corresponde a salas do antigo palácio, são notáveis apenas pela sua colecção de cerâmica de azu-

PALÁCIO CALHETA



Frontaria Sul, sobre o Jardim Colonial, depois da reintegração (pág. 22)

PALÁCIO DA EGA



Frontaria Poente, no aspecto actual do antigo Palácio do Pátio do Saldanha (pág. 31)

PALÁCIO NIZA



Fachada Sul, sobre a Rua da Madre de Deus (Xabregas), vendo-se a antiga capela (pág. 29)

PALÁCIO BURNAY



Fachada Sul, sobre a Rua da Junqueira, com a cúpula e torreões (pág. 35)

lejo, do século XVII ao século XIX, certamente do mais assinalado que Lisboa ostenta neste capítulo. Anota-se sem ordem de sequência:

Sala da Índia, com grandes painéis de azulejo, seiscentista, azul e vinho, em silhares, representando curiosas cenas de caça ao javali, ao veado, ao touro, ao búfalo;

Sala Angola, com painéis, em silhares, a toda a largura, representando cenas de batalhas navais, com vários tipos de naus e galeões, de seiscentos, muito pormenorizados, cenas de caça e campestres, e, ainda, cenas militares com desfile de tropas do tempo da Restauração, cavalaria, infantaria, artilharia, factura do século XIX.

Sala S. Tomé, com largos painéis policromos, predominando o tom verde, representando em estilização, no tipo de «tapeçaria», frutas e arbustos;

Sala Cabo Verde, revestida de silhares de «tapeçaria», policromos, com tons amarelo e verde a predominar;

Outras salas ostentam painéis de azulejo, todos com seu interesse, monócromos ou policromos, entre eles um que se reveste de ovais e medalhões policromos, representando castelos e delicadas cenas campestres.

[Os azulejos do Palácio Calheta serão mais pormenorizadamente descritos no capítulo «Cerâmica de azulejo»].



PALÁCIO MARIALVA

(QUINTA REAL DA PRAIA — BELÉM)

Século XVII

Núcleo primitivo 2.º quartel do séc. XVI
Reedificações Séc. XVII
Reedificações e restauro . . . 1727

[Freguesia de Belém]

Breve notícia histórica

O antigo palácio, ou casa de campo, da «Quinta Real da Praia», dito também «de Marialva» e, depois, «de Loulé», na Praça do Império em Belém, tornejando do lado Sul-Poente para a Rua Bartolomeu Dias, é uma fundação, de seu irreconhecível núcleo primitivo, do século XVI, transformada no século XVII. Pertenceu esta quinta ribeirinha a D. Manuel de Portugal, filho do 1.º Conde Vimioso, poeta, amigo de Camões, e que morreu em 1606; este D. Manuel de Portugal foi também o possuidor (1559) da quinta que chegou aos Condes de Aveiras (vide «Palácio de Belém»), adquirida por D. João V. De D. Manuel passou a uma filha, D. Joana, e depois foi comprada por Rui da Silva, sogro do 1.º Conde de S. Lourenço, Pedro da Silva, do qual transitou para sua filha D. Madalena, que casou com seu primo Martins Afonso de Melo, 2.º Conde de S. Lourenço, falecido em 1671. Era então chamada a Quinta de S. Lourenço. A viúva do 5.º Conde, D. Rodrigo de Melo e Silva, vendeu esta quinta com casa nobre a D. João V, passando a propriedade a ser conhecida por «Quinta Real da Praia». Depois do Terramoto o Rei D. José presenteou o seu amigo D. Pedro de Meneses, seu estribeiro-mor, e 4.º Marquês de Marialva, com esta agradável estância solarenga e quinteira, e deste fidalgo foi herdada por seu filho D. Diogo José, 5.º Marquês, casado com D. Margarida, filha do 3.º Duque de Cadaval, entrando a seguir na posse do 6.º Marquês, D. Pedro José, falecido sem descendência, e transitando assim para uma filha do 5.º Marquês, D. Maria Margarida, que era Marquesa de Loulé.

Nesta família se conservou, chegando a José Pedro Folque, que foi quem em 1929 vendeu ao Estado toda a propriedade — então muito diferente do que fôra, já sem torreões, mas ainda com

seu pátio orientado a Nascente — para ali se instalar a Faculdade de Letras, idéia posta de parte, passando a ocupar o palácio, em Fevereiro de 1939, o Liceu D. João de Castro, que pouco tempo ali demorou. Logo em Março instalou-se no velho palácio o Commissariado da Exposição do Mundo Português, sendo eliminado o pátio fidalgo, e o edifício sujeito a obras sumárias no exterior. Em 1941 o edifício passou a sede da extinta comissão administrativa das obras da Praça do Império, e em 1945 instalou-se nêla a comissão administrativa das obras da Universidade de Coimbra.

A casa nobre «da Praia» foi restaurada ou reedificada nos meados do século XVII, e, depois, em 1727. Hoje é apenas uma sombra setecentista, com raros documentos de seiscentos.

INVENTÁRIO

O antigo Palácio Marialva constitui um quadrilátero regular, a um nível inferior aos da Praça do Império, Rua Bartolomeu Dias e Avenida da Índia.

Anota-se:

No EXTERIOR:

A **Fachada Nascente**, tendo no pavimento térreo uma ordem contínua de arcadas de volta abatida, das quais três apenas não estão entaipadas, abrindo-se numa delas uma porta, antiga principal, que, por escadaria, conduz ao pavimento nobre; no nível dêste pavimento corre um terraço no qual se abrem sete portas-janelas de antigas salas, hoje gabinetes de secretaria;

A **Fachada Sul**, sobre um antigo pátio, que é quanto resta da primitiva «Quinta da Praia», e na qual, no pavimento superior, se abrem sete janelas de varanda;

A **Fachada Norte**, também sobre um pátio terraplanado em 1939, com seis janelas no andar superior, e, ao nível do terreno, uma porta lateral que serve presentemente de principal;

A **Fachada Poente**, encostado à qual se construiu um anexo inexpressivo.

(O palácio foi acrescentado, no século XIX, superiormente de um andar em mansarda contínua).

No **INTERIOR** assinala-se sumariamente:

A **Escadaria** incaracterística, com cúpula vulgaríssima envidraçada, e cuja cimalha das paredes é ornada com estuques de relêvo, do século passado;

As **Salas** antigas, das quais se destacam:

Antiga **Sala de Jantar**, e nela: teto de nove caixotões quadriculados, em estuque de relêvo patinado de ouro, dos quais cinco fecham com rosetas caprichosas e quatro também com ornatos de relêvo, tendo ao centro pequenos brasões de armas dos Condes de Azambuja e dos Duques de Loulé, em pintura; nove portas, com muito bons ornatos de talha, e frisos de ouro, estando as sobreportas guarnecidas com baixos relêvos, em gesso, representando cenas infantis, cujos motivos nalgumas se repetem; um fogão de mármore de Carrara estilo italiano;

Antiga **Sala de Baile** ou **de Música**, e nela: o teto em rectângulos, um dos quais, o central, de maiores dimensões, ostenta uma medíocre pintura alegórica (Toché, Paris, 1880), vendo-se nos medalhões extremos as quatro estações do ano (do mesmo pintor) e nos do topo, envolvidas por ornatos de

relêvo patinados de escuro, alegorias em estuque à Arte e à Ciência (as paredes desta Sala, com emoldurações, foram recobertas recentemente de tinta de cor uniforme, para efeitos de trabalho de oficina de desenho); um fogão de mármore cinzento, ao gosto italiano;

Uma *Sala*, no estilo Luís xv, pastichado, e nela: as portas, emolduradas de delicada talha, nos frisos e nas almofadas, com filetes e ornatos dourados; espelhos cobrindo os vãos das paredes, também envolvidos em ornatos de talha dourada; sanca e teto de

estuque, com bons ornatos em delicado relêvo, patinado de ouro; um fogão em mármore, também italiano;

Sala dos Azulejos, guarnecida de painéis em boa cerâmica de século xvii, caracterizada por grandes estilizações de acantos envolvendo, a amarelo, vinho e verde, figuras de animais: touros lutando, um ganso, um leão e um lince;

Outras *salas e câmaras*, de menor interesse, com silhares de azulejos seiscentistas e setecentistas, decoração que se nota também num ou noutro corredor.



PALÁCIO NIZA

(XABREGAS)

Século XVII

Núcleo primitivo	Séc. XVI
Transformações e restauros. .	2.º metade do séc. XVIII
Adaptações e benefícios . .	1869 e 1871
Restauros	Séc. XIX e XX

[Freguesia do Beato]

Breve notícia histórica

No local onde se ergue o edifício da antiga Escola-Asilo de D. Maria Pia (1867), que sucedeu ao Palácio Niza, existia no século XVI, seguramente depois de 1510, o Paço Real de D. Leonor, viúva de D. João II. Era este o Paço arrabaldino de Xabregas — o segundo, pois outro houve anteriormente, mais a Nascente, e que durou no século XIII e XIV —, e nele residiram eventualmente os reis de Portugal, até D. João IV (com excepção dos Filipes). D. João IV, a pedido da Rainha D. Luísa de Gusmão, doou o Paço ou Palácio à sua camareira-mor, a Condessa de Unhão, D. Juliana de Faro, e nesta casa de Unhão se conservou o antigo Paço, até à morte do 5.º Conde de Unhão, D. João Xavier Teles de Meneses e Castro, com o qual se extinguiu o ramo primogénito da casa; um filho do 5.º Conde, D. Rodrigo, casara com D. Maria José da Gama, 4.ª Marquesa de Niza e já viúva de D. Vasco da Silva Teles, 4.º Marquês por seu casamento, e assim se integrou nas Casas Niza e Vidigueira o Palácio Unhão.

D. Maria José da Gama morreu em 1852, herdando o palácio um genro do 6.º Marquês, que passou a 7.º, D. Domingos. Foi um neto deste, D. Domingos também, o 9.º e último Marquês, de famoso nome, quem, por haver desbaratado fidalgamente a sua casa, vendeu em 1862 o palácio Niza a um particular, ao qual o Estado, logo em 1867, o adquiriu para nele instalar o Asilo de D. Maria Pia

criado em Março desse ano. De Março a Julho efectuaram-se obras de adaptação no edificio palaciano, que logo perdeu quase todo o seu aspecto interior do tempo dos Unhões (século XVII) e dos Nizas (século XVIII), vicissitude que atingiu o auge quando do incêndio de 19 de Julho daquele ano de 1867, que poupou apenas a capela. Foi o palácio novamente reedificado na sua parte antiga, mas sem beleza alguma, marcando-se apenas no exterior a reconstrução setecentista.

O Mosteiro da Madre de Deus, com sua preciosa igreja e anexos, está desde 1869 integrado no antigo Asilo — denominado Escola Profissional de D. Maria Pia em 1928, e desde 1941 constituindo uma secção da Casa Pia de Lisboa. Em 1871 o edificio recebeu novas obras, e no decorrer do século passado e no actual vários restauros, construções e benefícios. O estreito corpo extremo Poente da fachada Sul, e a capela contígua, estão entregues à Escola Industrial Afonso Domingues (1884).

INVENTÁRIO

No antigo Palácio Niza há apenas a considerar:

No EXTERIOR:

A **Fachada principal**, a Nascente, sobre o Largo do Marquês de Niza, constituída por um corpo único, com um *portal nobre*, emoldurado, com tímpano, ladeado no andar superior por quatro janelas de cada lado; o andar superior tem nove janelas de varanda, sendo a do centro mais larga e emoldurada;

A **Fachada lateral**, a Sul, constituída por uma série de cinco corpos, divididos por pilastras, sendo o corpo central coroado por frontão, no qual se vê o escudo real de D. Luís; nesta fachada, e no andar nobre, rasgam-se, uniformemente, sete janelas de varanda em cada grupo dos corpos laterais, e três, de varanda corrida, no corpo central; inferiormente tem outras tantas de zassete janelas do mesmo tipo. Para Nascente encosta-se a este bloco a *Capela*, es-

treita, com um portal simples e duas janelas iluminantes, e à capela se segue ainda um corpo estreito de edificio, com duas janelas em cada andar, no tipo geral de todo o exterior do palácio.

No **INTERIOR** do Palácio Niza nada existe que possa lembrar a casa nobre da qual D. Domingos, 9.º Marquês, se desfez em 1862. Notam-se apenas:

A *escadaria nobre*, em dois lanços, os *corredores* do pavimento térreo, guarnecidos de bons *azulejos* policromos, do final do século XVIII, do tipo dos da Estrêla, e alguns panos de azulejo de «navio»; o *pátio*, ladeado de arcadas envidraçadas características; a *capela*, feita oficina da Escola Industrial Afonso Domingues, na qual se vê ainda o trono do altar mor, de mármore, tribunas laterais com colunas de mármore rosa, os arcos dos altares, e o teto com a corôa real, de estuque.

PALÁCIO DA EGA

(PÁTIO DO SALDANHA)

Século XVIII

Núcleo primitivo	1583
Reedificação	1.º quartel do séc. XVIII
Transformação	1843-1846
Restauros	1916

[Freguesia da Ajuda]

Breve notícia histórica

O Palácio do Pátio do Saldanha, situado a meio da Calçada da Boa Hora, à Junqueira —, desde o meado do século XVIII e, depois, conhecido por Palácio da Ega — devia remontar no seu núcleo primitivo ao século XVI, pois os Saldanhas, descendentes de um António Saldanha, que foi companheiro de Afonso de Albuquerque na Índia, já possuíam naquele século no sítio da Junqueira largos tratos de terreno — a Quinta «das Caldas» — que iam desde Santo Amaro quase até Belém; em 1588, pelo menos, já existia a «casa nobre». Com esses bens um Aires de Saldanha e sua mulher, Joana de Albuquerque, instituíram um vínculo a 24 de Março de 1600.

Um século depois, precisamente em Janeiro de 1701, João de Saldanha Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, administrador do vínculo, obteve de D. Pedro II licença para dar terras de aforamento para nelas se edificarem casas (e assim nasceu o bairro da Junqueira), o que se fez, guardando para si o núcleo senhorial primitivo, os terrenos místicos do Giestal e do Alto de Santo Amaro, e modificando a casa em palácio. Em 1758 Manuel Saldanha e Albuquerque, vice-rei da Índia, recebeu o título de Conde da Ega, título que passou a designação vulgar do palácio do Pátio do Saldanha. Nesse ano o Conde da Ega partiu para a Índia, e só voltou à Junqueira em 1768, depois de estar preso dois anos na Torre do Outão, em Setúbal; entretanto, em 1760, o Palácio fôra

arrendado ao Secretário de Estado da Marinha, Tomé Joaquim da Costa Córte Real. Em 1771 tomou conta do vínculo e de uns bens do morgado Aires de Saldanha e Albuquerque, 2.º Conde da Ega, da Junta dos Três Estados e Inspector dos provimentos do Exército, embaixador em Madrid em 1806. Foi essa uma época áurea do Palácio; o 2.º Ega casara em 1796 com D. Juliana Maria Luísa Sofia de Oyenhausen de Almeida, filha da insigne D. Leonor, Marquesa de Alorna; tornado partidário de Junot, a cuja Junta de Governo pertenceu, Aires de Saldanha e Albuquerque introduziu o general francês na sua intimidade, passando Junot a assistir, e a residir, mesmo, no Palácio «da Ega» e tornando-se amante da linda Condessa. Quando Junot, em 1809, foi obrigado a sair de Portugal o 2.º Conde da Ega com a Condessa Juliana seguiu no séquito para França, sendo então despojado de bens e títulos; habitou alguns meses no Palácio o irmão único do ex-Conde, Joaquim Saldanha, que logo seguiu para França com tropas. Data de então o abandono da casa nobre, sua quinta e jardins, tudo confiscado sem respeito pelos direitos do vínculo.

Durante o período em que os ingleses estiveram em Portugal auxiliando o nosso país a expulsar os invasores franceses, o Palácio serviu de hospital de tropas inglesas auxiliares e de portuguesas, reduzido já a uma sombra do que fôra, pelas delapidações e enxovalhos que sofreu. De Abril de 1813 a Setembro de 1814 o Palácio do Pátio do Saldanha, beneficiou de importantes e custosas obras, dirigidas pelo architecto Manuel Caetano da Silva Girão, pagas pela Fazenda, a-fim-de nêle se instalar o marechal Beresford com seu quartel general, o que se realizou, havendo mesmo sido doado, a pedido do próprio, ao marechal inglês, já Marquês de Campo Maior, arrastando-se o processo de doação, protestado por Joaquim Saldanha, até 1820, acabando a doação por se ultimar por decreto de D. João VI datado de 3 de Agosto de 1820, mas não sendo efectivada porque nunca foi passada a indispensável carta de doação, e ainda porque o 2.º Conde da Ega, que chegara a ser condenado à morte (1811), foi reabilitado em 7 de Fevereiro de 1821, com confirmação de sentença de 18 de Janeiro de 1823, entrando depois na posse de seus bens. Quando regressou ao Palácio este estava outra vez em lamentável ruína, e a situação financeira dos Saldanhas e Albuquerque era mais que precária.

Antão José Joaquim de Saldanha e Albuquerque Matos Coutinho e Noronha, de acôrdo com sua irmã, que devia ser sucessora, D. Violante Maria Ana do Resgate de Saldanha e Albuquerque, casada com Tomás Henrique Statlimier em 17 de Janeiro de 1842, e que, como administrador do vínculo, expusera a sua situação insustentável, vendeu, ao abrigo da lei de desamortização, toda a propriedade, incluindo anexos, as barracas do Giestal, o Alto de Santo Amaro e a quinta, ao conselheiro Jerónimo de Almeida Brandão e Sousa, rico capitalista, feito no ano seguinte Barão da Folgosa; foi este quem de 1843 a 1846 promoveu obras fundamentais no Palácio, dando-lhe o aspecto exterior que ainda chegou a nossos dias, fazendo edificar um palacete anexo, construindo o gradeamento da Rua da Junqueira, renovando a fachada poente do antigo Palácio dos Saldanhas, sendo director das obras o architecto Fortunato Lodi, e trabalhando no restauro Francisco Sales, canteiro, e João Bachelay, serralheiro; vieram árvores de França e da Ilha da Madeira, e, em 1857, fêz-se de acôrdo com a Câmara de Belém o alinhamento da Calçada da Boa Hora.

Em 15 de Dezembro de 1919, António de Sousa e Sá, Conde da Folgosa (por seu casamento), terceiro marido de D. Júlia Sofia de Almeida Brandão e Sousa da Fonseca Magalhães, Condessa de Geras de Lima e da Folgosa, filha do comprador do palácio aos Saldanhas e Albuquerque, vendeu ao Ministério das Colónias para instalação da Escola de Medicina Tropical, e construção do Hospital Colonial, tudo quanto pertencia à velha propriedade do Pátio do Saldanha, já nessa altura o Alto de Santo Amaro passara ao Marquês de Vale Flor e os terrenos do Giestal a um sindicato de urbanização.

O Hospital Colonial, advindo do edificio da Cordoaria, com novos edificios e reedificação do palacete antigo, instalou-se na quinta, sobre a Junqueira, em 1925; o Palácio, que beneficiou de obras em 1916 e ainda recentemente, serve desde 1931 de sede do Arquivo Histórico Colonial e, também, de secretaria da Inspecção Superior das Alfândegas Coloniais.

INVENTÁRIO

No Palácio do Saldanha, que ocupa uma área total de 5.419^{m²}, há apenas a assinalar:

No EXTERIOR:

A **Frontaria**, voltada a Poente, sôbre um jardim, êste recentemente acortinado de gradeamento que corre ao longo da Calçada da Boa Hora, e nela:

O *corpo central*, no qual, em baixo, se rasga o *portal*, sobrepujado no fecho do arco pela pedra de armas dos Albuquerque, e ladeado por duas janelas, emolduradas de vistosa composição arquitectónica; na altura do andar nobre, e único, abrem-se duas janelas de sacada;

Os *corpos laterais*, recuados só no andar nobre, constituindo assim um terraço de cada lado, guarnecido de varanda de varões seiscentistas; em baixo, em cada corpo se notam três vãos gradeados entre quatro colunas, constituindo os vãos centrais portas, rematadas em arco;

A **Fachada Sul**, sôbre jardim, adornada de onze janelas de sacada.

No INTERIOR anota-se:

O **Átrio** ou vestíbulo de corredor, assinalado por um arco de volta abatida com fundo e rotunda (onde existiu uma fonte decorativa), e por dois arcos que rompem os lanços das escadarias as quais entroncam no segundo patamar.

Das antigas Salas, ocupadas por estantes, armários e mobiliário de Secretaria, algumas com ombrais de mármore de

rosa e duas com tetos primitivos apainelados, destaca-se:

A **Sala das Colunas**, designação do século XVII, também chamada «de Apolo» (porque num nicho aberto numa das paredes existiu uma estátua daquela expressão mitológica), «dos Marechais» (por alusão à permanência e despacho de Junot, e, depois, de Beresford), e, ainda, «de Pompeia»; e nela:

Doze colunas, de madeira, imitando mármore verde e amarelo, de traçado salomónico resultante do engrinaldado que as envolve;

O *teto*, recurvado em doze tramos, oval, no qual se abre, em altura, uma *cúpula* oval também, um e outra revestidos de *pintura* a têmpera sôbre estuque, com ornatos e medalhões, ao estilo pompeiano do fim do século XVIII;

Oito silhares de azulejo em tapeçaria, de tipo holandês do século XVIII, representando portos e cidades europeias, nem todos identificáveis.

Assinala-se ainda uma outra sala revestida de panos de *azulejos* setecentistas, no tipo campestre e palaciano dos de S. Vicente. [A estátua de Apolo, da Sala dos Marechais, que foi adquirida em partilhas pelo Dr. Adolfo da Fonseca Magalhães Tavares da Costa e Silva, actual Conde da Folgosa, bisneto do 1.º Barão e do estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães, encontra-se numa propriedade de família na Rua do Quelhas].

PALÁCIO BURNAY

(JUNQUEIRA)

Século XVIII

Fundação	Cêrca de 1701
Restauros e ampliações	Séculos XIX
Novo restauro	1940-1943

[Freguesia de Belém]

Breve notícia histórica

O antigo Palácio Burnay, na Junqueira, conhecido antes por «Palácio dos Patriarcas», teve o seu fundamento nas casas nobres que D. José César de Meneses, principal da Sé de Lisboa, ali fêz erguer, depois de 1701, em terrenos aforados por D. João de Saldanha e Albuquerque. Em 1724 o palácio estava já representado numa «vista» da Junqueira, com certa grandeza, e em 1734 o seu proprietário era ainda o seu fundador, que engrinaldara o seu solar arrabaldino de jardins magníficos. Já depois do Terramoto o palácio de D. José César, irmão do 1.º Conde de Sabugosa, foi adquirido pela Mitra Patriarcal para residência de verão dos prelados, e nesse senhorio se conservou muito tempo, havendo no palácio habitado D. Francisco Saldanha, que morreu em 1776, D. Fernando de Sousa e Silva, e D. José Francisco de Mendonça, que foi patriarca de 1786 a 1808. Em 1818 existia ali um seminário. Ainda na primeira metade do século passado um opulento capitalista, Manuel António da Fonseca, cognominado o «Monte Cristo», tornou-se dono deste palácio na Junqueira, e transformou-o quase completamente, mesmo no exterior, que foi sensivelmente alterado, fazendo demolir interiormente muito da traça primitiva e representativa de uma época. Em 1865 voltou o Palácio a mudar de dono, havendo-o comprado (e não apenas residido nêle) D. Sebastião de Bourbon, infante espanhol, neto de D. João VI, por ser filho da princesa da Beira, D. Maria Teresa, casada com o Infante de Espanha Carlos de Bourbon. No último quartel do século passado o «Palácio dos Patriarcas» veio às mãos do banqueiro Henrique Burnay; atingiu então aquêle palácio setecentista, já desfi-

gurado, o auge da sumptuária interior, sendo enriquecidas as salas com valioso recheio de mobiliário, amalgamando-se nos restauros e transformações o que nele existisse ainda da primitiva traça, ficando a predominar no que fôra o solar de D. José César o gosto bricabraque, ainda que opulento e de merecimento artístico.

Por morte da última condessa de Burnay, D. Amélia Krus, que sobrevivera a seu marido, e para efeitos de partilhas, o recheio do palácio foi vendido (1936), ficando desde então destroçados os interiores, que, a despeito de não possuírem carácter próprio, unidade e ligação com a história da casa, eram admiráveis. Em 1940 o imóvel foi adquirido pelo Ministério das Colónias, para instalação de serviços daquele departamento do Estado; desde então até fim de 1943 beneficiou de restauros, transformações e obras de adaptação, custeadas pelo Ministério das Colónias, e orientadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

De 18 a 22 de Dezembro de 1942, e já quasi concluídas as obras principais de restauro de salas, o antigo Palácio Burnay foi utilizado para instalação do general Conde de Jordana, Ministro dos Estrangeiros do Governo Espanhol, e da sua comitiva.

Em 18 de Fevereiro de 1944 instalaram-se neste palácio o Conselho Superior do Império Colonial, o Conselho Técnico de Fomento Colonial, a Junta das Missões Geográficas e a Inspeção Superior de Administração Colonial.

INVENTÁRIO

No antigo Palácio Burnay, da Junqueira — presentemente integrado no património nacional, e ocupando uma área de 18.036^m², incluindo jardins —, há a assinalar, designadamente:

O **EXTERIOR**, mais original do que belo, não constituindo espécime arquitectónico de qualquer época ou estilo, com a fachada sôbre a Rua da Junqueira, e nêle:

O *corpo central*, com varanda corrida à altura do andar nobre e único, avançada de uma frente com três janelas, e que sobrepuxa o portal de entrada, vulgar; os *dois esguios corpos laterais*, cada um com duas janelas ao nível da varanda central, coroados por torreões rasos, que já não mostram os remates piramidais que tiveram primitivamente;

Um *zimbório*, recuado, que se eleva ao alto da escadaria, a um nível superior ao dos torreões, e coroado de lanternim com janelas iluminantes (não é construção primitiva);

Os *dois corpos extremos* (a Poente e a Nascente), anexos, similares, cada um deles com platibanda de balaústres, ornada de três estátuas de mármore, e servindo de guarda às duas esplanadas de jardim.

No **INTERIOR** há a anotar designadamente:

O *Átrio* simples com dois tramos de abóbada de aresta, no qual se rasga, de cada um dos lados, uma porta que conduz às dependências do primeiro pavimento;

A *Escadaria* nobre, num único lanço desdobrado em curva, com corrimão e guarda de ferro trabalhado (século XVIII), as paredes totalmente pintadas a claro es-

curo, abóbada de aresta oitavada, correspondendo à base da cúpula do zimbório, também pintada a formoso claro escuro (último quartel do século passado).

As *Salas*, beneficiadas em 1942, com restauro (Conceição e Silva) nas pinturas dos tetos, e nas paredes desmanteladas depois do leilão do recheio; entre as dezenas de salas e câmaras, convertidas em salões de conselho e em gabinetes de trabalho, sem designação ou particularidade notória, há a destacar:

O *Átrio superior*, no qual se abrem cinco portas emolduradas de talha escura, vendose em escudetes, nas sobreportas, um castelo ou um leão, e com teto de estuque em relêvo; este átrio conduz pelo fundo Norte a uma galeria, de grandes janelões de vidro, que abrem sobre os jardins;

A antiga *Sala de Baile*, com bom teto em estuque de relêvo (obra de Rodrigues Pita), valorizado pelos ornatos e medalhões alegóricos da música, e, nas paredes, forradas de damasco, cinco pinturas a óleo, sobre tela, representando, em tons escuros, paisagens campestres, animadas de figuras (começo do século XIX, estilo italiano);

Uma *sala*, também com teto de estuque (característica de todo o palácio), em relêvo e com ornatos, tendo nos ângulos e em medalhões pinturas que dão paisagens de Sintra;

A antiga *Sala de Jantar*, em forma elíptica, com teto valorizado, entre guarnições de estuque dourado, por pintura cenográfica a óleo (José Malhoa, 1886), representando um céu azul, povoado de meninos alados, conduzindo frutos e flores;

A antiga *Sala de Música*, toda em talha escura nas sobreportas e guarnições, envolvida a mais de meia altura por vinte esculturas em madeira, representando cariátides de bonzos que simulam suportar o teto, de

estuque em almofadas geométricas, imitando talha escura;

A actual *Sala de Conferências*, antigo teatro, com palco e tribuna, e com teto coberto de pintura larga alegórica à música (de Ordoñez, final do século passado);

A antiga *Sala das Colunas*, caracterizada, no fundo, por quatro colunas de madeira, canelada, com capitéis dourados, e teto de estuque, com ornatos e figurinhas;

A antiga *Capela*, hoje gabinete de trabalho, pequena, toda revestida de rica talha, de caprichosa factura, com dois nichos, vasos, também em talha, assim como o teto; esta saleta, na qual o arco do altar, de bom mármore está encoberto por cortinado, é iluminada por vitrais modernos, policromos.

Muitas salas e câmaras, hoje secretarias e gabinetes, oferecem interesse relativo por seus tetos, todos reconstruídos no século passado e no princípio do actual.

Neste palácio há a assinalar ainda:

As duas *esplanadas* do lado Sul, sobre o rio, em cada uma das quais se vê a antiga estufa, aberta por dois lados através de quatro colunas monolíticas de ordem dórica, notando-se na do lado Poente, no interior, uma *porta de mármore*, com colunas salomónicas, armoriada posteriormente à sua factura (século XVII), e para este local transferida de outro sítio;

Os *Jardins* que foram magníficos, e ainda hoje ocupando uma larga área.

[No antigo Palácio Burnay, quer no interior quer no exterior, a feição artística pura foi, desde há muitos anos, sacrificada à sumptuária e ao capricho decorativo. Em cerâmica vêem-se, apenas, na esplanada Poente, uns painéis de azulejo, representando cenas chinesas (factura francesa, século XVIII), certamente nesse lugar adaptados].

PALÁCIO LAVRADIO

(SANTA CLARA)

Século XVIII

Fundação 1745
Restauro e transformações 1875

[Freguesia de Monte Pedral]

Breve notícia histórica

Nos meados, se não nos princípios, do século XVII, os descendentes de D. Francisco de Almeida, vice-rei da Índia, fizeram construir do Campo de Santa Clara, à ilharga do mosteiro das religiosas claristas da Ordem de S. Francisco (mosteiro que deu o nome ao sítio) umas casas nobres para sua habitação, e nas quais, com efeito, viveram e morreram muitos dos membros da ilustre família, um dos quais, D. Luís de Almeida, recebeu em 1664 o título de 1.º Conde de Avintes. D. Tomás de Almeida, que foi o 1.º Patriarca de Lisboa, e muito rico senhor, segundo filho do 2.º Conde, D. António, entrando na posse das casas nobres de Santa Clara — talvez por as haver intencionalmente comprado a seu irmão primogénito, 3.º Conde, D. Luís — fez reedificar o palácio dos seus maiores, aformoseando-o com dignidade (1745), doando-o depois a um seu sobrinho (filho de seu irmão D. Luís), D. António de Almeida Soares de Portugal, 1.º Conde do Lavradio (1724), 1.º Marquês (1758), vice-rei do Brasil (1760).

A primogenitura dos Almeidas (Avintes e Lavradio) extinguiu-se com a morte (1812) do 7.º Conde e 4.º Marquês, D. Luís, mas a família e o título continuaram-se, quer nos filhos de D. Francisco de Almeida Portugal (oitavo filho do 3.º Marquês, D. António Máximo), que foi diplomata e ministro de Estado, feito 2.º Conde de Lavradio por D. Maria II em 1834, em mercê dos seus serviços à causa liberal, quer na pessoa de D. António de Almeida Portugal (irmão daquele D. Francisco e sétimo filho do 3.º Marquês), que seguiu a causa de D. Miguel, por este príncipe quando rei, o haver confirmado no título de 5.º Marquês, e que foi o possuidor do palácio de seus maiores. Não reconheceu D. António as leis do Constitucionalismo, e, falecendo em 1874 sem haver vinculado o palácio, este foi à praça pouco tempo depois, por exigência de credores, havendo-o adquirido o Estado (1875), por 19 contos, para efeito das reformas de renovação militar de Fontes Pereira de Melo.

O último Lavradio que ali nasceu (1874) foi o Marquês, D. José de Almeida recentemente falecido (16 de Julho de 1945), bisneto do citado D. António, 3.º Marquês e partidário de D. Miguel, seu embaixador em Roma até à queda do absolutismo.

O palácio pouco sofreu pelo Terramoto, e o seu exterior, à parte modificações de pormenor, é o mesmo de 1745. No interior, porém, foram feitas obras de restauro e adaptação a Tribunal, entrando os estuques, em ornatos e símbolos, a cobrir tetos e paredes, perdendo completamente o aspecto nobre.

Funcionam hoje no palácio de Santa Clara o Supremo Tribunal de Justiça Militar e os Tribunais Territoriais.

INVENTÁRIO

No antigo Palácio Lavradio, em Santa Clara, há a assinalar apenas:

O **EXTERIOR**, rematado superiormente por platibanda de balaustres, ornada de grupos de troféus (1875), e nêle:

A **Fachada Principal**, na qual se notam o corpo central, servido por portal de ombreiras simples, que se eleva de curta escadaria, e enobrecida de três janelas, coroadas de áticas, sendo a do centro com varanda que acompanha o entablamento do portal, conjunto rematado por frontão, no interior do qual as armas dos Lavradios foram substituídas pelas armas do reino (D. Luís), e sobre o qual, acima da platibanda foi colocada, nas obras de adaptação a Tribunal, a estátua da Justiça; os corpos laterais com duas ordens de seis janelas, sendo as do andar nobre de sacadas com varandas, e rematadas de áticas;

As **fachadas a Poente e Nascente**, tendo esta, sobre a Travessa das Freiras, doze janelas em cada andar, e aquela, sobre a Travessa do Conde de Avintes, três janelas em cada andar, tôdas do tipo uniforme das da fachada principal.

No **INTERIOR** anotam-se:

O **Átrio** no qual há a assinalar o revestimento mural em panos de azulejo, polí-

cromos, setecentistas, que dão guarnição decorativa ao braço de armas dos Avintes e Lavradios, — seis besantes de ouro, em campo vermelho;

A **Escadaria e patamar nobre**, revestidas as paredes de silhares de azulejos, representando cenas, palacianas e de caçadas, ao tipo dos de S. Vicente, e cujo teto em estuque (final do século XIX) contém escudos, em relêvo, com inscrições comemorativas de feitos militares;

A **Ante-sala**, ou vestíbulo, contígua à Sala da Audiência dos Tribunais Territoriais, com silhares de azulejos setecentistas, teto apainelado recoberto de estuque, com medalhões representando João das Regras, D. Vasco da Gama, D. João de Castro e Pascoal de Melo, e paredes altas, a estuque, com bustos em relêvo de D. Afonso Henriques, D. Sancho I, D. Afonso IV, D. João I, D. Afonso V e D. João II;

As duas **salas de audiência**, nas quais predominam os motivos heráldicos dos distritos e das ordens militares;

Várias **salas e dependências**, revestidas de bons silhares de azulejos do século XVIII.

PALÁCIO LAVRADIO



Fachada Sul, sobre o jardim do Campo de Santa Clara (pág. 39)

PALÁCIO BARBACENA



Fachadas Sul e Nascente, no Campo de Santa Clara — Rua da Verónica (pág. 41)



PALÁCIO PENAFIEL



Parte da fachada Norte, com os portões e cortina armoriada (pág. 43)

PALÁCIO FARROBO



Fachada Poente sobre os jardins das Laranjeiras — Aspecto actual (pág. 51)

PALÁCIO BARBACENA

(SANTA CLARA)

Século XVIII

Fundação 2.º quartel do séc. XVIII
Restauros e transformações 1865

[Freguesia de Monte Pedral]

Breve notícia histórica

O Palácio Barbacena, no Campo de Santa Clara, na esquina Poente da Rua da Verónica, é uma construção nobre do final da primeira metade do século XVIII, cujo risco se deve a Manuel da Costa Negreiros, arquitecto da Casa do Infantado, falecido em 1750. Mandou-o levantar Luis Xavier Furtado de Mendonça, 4.º Visconde de Barbacena, descendente de Leitão Vaz de Castro, rico homem, a cujo filho primogénito, D. Diogo, 1.º Senhor de Barbacena, doou D. Sebastião a quinta e solar do Rio, a Sacavém, o que originou o apelido Castro do Rio; um seu filho casou com uma senhora da casa dos Furtados de Mendonça, e desta circunstância derivou a junção dos apelidos.

O 1.º Visconde de Barbacena foi (1661) D. Afonso Furtado de Mendonça, e o último, 7.º Visconde e 2.º Conde, Francisco Furtado Castro do Rio de Mendonça e Faro, falecido no palácio de Santa Clara em 1854, extinguindo-se então a família. A propriedade passou a parentes muito afastados, fidalgos das Ilhas, e, anos depois, foi o palácio a leilão, sendo adquirido pelo Estado, com o produto da venda do Palácio da Mitra a Marvila (1864), com destino a palácio residencial dos prelados de Lisboa, ficando desde então conhecido por «Palácio da Mitra», denominação que ainda perdura. Habitou nêle, transitòriamente, o 10.º Patriarca D. Manuel Bento Rodrigues, pois os prelados, até 1910, residiram nos Paços de S. Vicente.

No final do século passado o palácio, que fôra entregue ao Ministério da Guerra, serviu algum tempo de hospital militar de emergência, e, já no actual século, instalou-se nêle (1925) a «Messen» dos Officiais do Exército, que ainda o ocupa.

INVENTÁRIO

O Palácio Barbacena, ou «da Mitra» (denominação esta menos própria), assinala-se principalmente pelo seu

EXTERIOR, e neste se destaca:

A **Fachada Principal**, muito decorativa, sôbre o Campo de Santa Clara, constituída por um *corpo central*, com portal, andar nobre com duas janelas de varandas e quatro de peitos, e andar superior de sete janelas, e por *corpos laterais*, rasgados cada um por uma janela em cada andar e rematados por ventanas; no intervalo das duas varandas centrais do andar nobre avulta o braço dos Barbacenas, com as armas dos Castros do Rio, duas faixas de água ondeada entre nove arruelas, e o dos Mendonças, frunchado com a legenda «Ave Maria»;

A **Fachada Nascente**, sôbre a Rua da Verónica, com duas ordens de oito janelas divididas por três corpos, com a mesma uniformidade e tipo das janelas da fachada principal, e tôdas também coroadas de ática.

No **INTERIOR**, inteiramente desfigurado em relação ao que teria sido, nota-se:

O **Vestíbulo**, revestido de silhares de azulejos setecentistas, monóchromos, em painéis soltos, de tipo palaciano, e, ao fundo, com portal emoldurado abrindo para a escadaria;

A **Escadaria**, com azulejos decorativos e alguns de figuras recortadas «de cumprimento» nos dois patamares, e com bons painéis revestindo as paredes em todos os lanços (princípios do século XVIII);

Algumas **Salas**, onde há apenas a citar o revestimento cerâmico das paredes, em painéis de azulejo, de tipo desigual e o *teto* da sala dos oficiais, com *pintura* alegórica e architectónica a óleo sôbre tela, a tôda a extensão, com composição central representando Vénus e Eros, rodeadas de figurinhas de cupidos alados (obra de José António Narciso).



PALÁCIO PENAFIEL

Séculos XVIII-XIX

Reedificação do núcleo primitivo . . .	1776
Reedificação total.	Cêrca de 1825
Transformação e embelezamento . . .	1865
Restauros	Actualidade

[Freguesia da Madalena]

Breve notícia histórica

O Palácio Penafiel é uma construção característica do primeiro quartel do século passado, de tipo ostentoso urbano que derivou de transformação posterior. Ocupa o quarteirão inteiro contido entre as Ruas de S. Mamede e das Pedras Negras, a Calçada do Correio Velho e a Travessa do Almada.

O núcleo primitivo, justificativo da construção do palácio, foi o edifício do Correio Mor, chamado depois do «Correio Geral do Reino», que se situava a Poente da Calçada já antes do Terramoto denominada «do Correio», numa área de topografia local que não corresponde de modo algum aos arruamentos que a reconstrução de Lisboa impôs.

O ofício, ou cargo, de correio mor, criado por D. Manuel em 1520 na pessoa de Luís Homem, confirmado por D. João III, foi dado por vago em 1606, havendo-o comprado para si e para sua sucessão Manuel Gomes de Elvas, que trocara este último apelido pelo «da Mata» tomado da sua Quinta da Mata, em Loures, depois Quinta do Correio Mor. Os Gomes da Mata habitavam, neste sítio, as casas naturalmente anexas ao edifício onde se exercia o serviço dos correios públicos; o Terramoto de 1755 destruiu quase totalmente não só o solar de José António da Mata de Sousa Coutinho, que assim se chamava o Correio Mor, mas também as casas, ou dependências, do Correio, não demorando porém uma primeira reedificação, cêrca de 1776, ou concluída nesse ano, sendo então rectificadas e alargadas a Calçada (que passou a chamar-se do Correio Velho). Em 1797 foi extinto e encorporado na Corça (1799) o ofício de correio-mor do reino, por iniciativa do ministro de D. Maria I, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sendo dadas então ao 8.º e último Correio-Mor Manuel José da Mata de

Sousa Coutinho (porventura parente do ministro), várias compensações, como renda vinculada, pensões à família e o título de Conde de Penafiel, que recebeu em Dezembro de 1798, contava então apenas 16 anos de idade.

Foi este 1.º Conde de Penafiel — casado em 1824 com uma filha do 1.º Marquês de Belas e 6.º Conde de Pombeiro, nascido Vasconcelos e Sousa (Castelo Melhor) — quem reedificou o palácio dos extintos correios-mores, ampliando-o em sujeição à nova urbanização do sítio, e aformoseando-o como convinha à sua situação titular; dúvida não persistirá de que inicialmente uma entrada principal se situava do lado da Rua das Pedras Negras, desde que se estude, como foi feito, o traçado primitivo do palácio reedificado, embora pelo lado da Rua de S. Mamede, defronte dos «monturos» ocasionados pelas ruínas do Terramoto, houvesse acesso normal, ao fundo de um trço de jardim, pelo pequeno átrio ainda subsistente.

A única filha e herdeira do 1.º Conde, D. Maria da Assunção da Mata de Sousa Coutinho, casou em 1861, já depois da morte de seu pai, com António José da Serra Gomes, diplomata brasileiro, filho de portugueses, e depois naturalizado português, que veio a ser 2.º Conde e 1.º Marquês de Penafiel; foi este titular quem transformou, cerca de 1865, e enriqueceu interiormente o palácio que seu sogro houvera reedificado, embelezando as salas, tornando principal a frontaria sobre a Rua de S. Mamede, construindo o duplo portal nobre braçado, rectificando o jardim e o pátio, ao mesmo tempo que a suas instâncias e com seu auxílio financeiro a Câmara Municipal (1865) removia os monturos e construía a rotunda fronteira ao Palácio, a qual logo foi denominada Largo do Correio Mor, distico tradicional que provinha do século XVIII.

Durante quasi um decénio (1865-1873) o Palácio Penafiel esteve enquadrado na vida ostentosa e aristocrática de Lisboa, ficando célebres as suas festas e recepções. Em Dezembro de 1875, porque os Condes-Marqueses de Penafiel foram residir para Paris, todo o valioso recheio móvel do palácio foi vendido, e o imóvel, nas suas várias alas, entrou em inquilinato; em 1904 foi sede da Legação de Espanha. Mais tarde o palácio foi, na sua parte principal, arrendado ao Ministério das Obras Públicas para instalação de serviços públicos; em 1919 o Estado adquiriu, por 250 contos, todo o vasto edificio ao último 3.º Conde e 2.º Marquês, Manuel António da Serra Freire Gomes da Mata de Sousa Coutinho, procedendo-se logo a obras de adaptação, que gradualmente foram tirando ao palácio o seu carácter interior de sumptuária. Obras radicais de transformação e restauro estão em curso. A parte nobre do Palácio está ocupada pela Direcção Geral e pelo Conselho Superior dos Caminhos de Ferro, com suas repartições, e a parte baixa, do lado da Rua das Pedras Negras, constituída pelas antigas cocheiras e primitivo átrio, transformados em 1920-22, é utilizada por vários serviços de pagadoria do Ministério das Obras Públicas.

INVENTÁRIO

No antigo Palácio Penafiel há a assinalar:

O EXTERIOR, e neste:

A Fachada Principal, a Norte, sobre a Rua de S. Mamede, e nela:

Os dois portões de acesso ao pátio, de varões rematados em curva livre, apoiados em base de serralharia artística, e ladeados por pilastras rematadas por vaso decorativo; os portões ladeiam uma cortina cen-

tral de varões apoiados em base de cantaria, e coroada por um elegante grupo heráldico, de pedra, no qual duas figuras, apoiadas nas pilastras, sustentam o brasão de armas esquartelado dos Matas, Sousas e Coutinhos;

A face exterior Norte, sobre a Rua de S. Mamede, da ala Poente do edificio, com cinco janelas no pavimento inferior, e cinco

janelas de sacada no pavimento superior, e a *face* interior, sôbre o pátio, da mesma ala, com duas ordens de cinco janelas de peito em cada andar;

A *frontaria* geral principal do palácio, sobre o pátio e jardim, com duas ordens de oito janelas;

A **Fachada posterior** (Sul), constituída por um corpo central, levemente avançado, forrado de cantaria, no qual se rasgam seis portais, sobrepostos de janelas de sacada, adornando-se a fachada de três ordens de doze janelas, sendo as do último andar, o nobre, de sacadas;

As **Fachadas laterais**: do Poente (sôbre a Travessa do Almada), com três ordens de doze janelas, além das da sobreloja, e do Nascente (sôbre a Calçada do Correio Velho), constituída por um corpo com seis janelas no andar superior, e cinco nos dois andares inferiores, na qual se rasga um portal, n.º 19, sôbre cuja vêrga se vê uma inscrição de três linhas gravadas em pedra: CORREYO GERAL DO REINO MDCCLXXVI.

Contígua ao Pátio ergue-se a ala Poente do palácio, com duas ordens de cinco janelas, em fachada sôbre a Rua de S. Mamede.

O **INTERIOR** do Palácio, todo êle acusando adaptações depois dos restauros

sumptuosos de 1865, e das transformações recentes, e nêle:

O **Átrio**, pequeno, que dá fundo ao pátio, nascendo de uma tríplice arcaria de volta abatida;

Duas **Escadarias**, nascendo do átrio, uma que desce às dependências baixas do edificio, e outra, à esquerda, conduzindo aos pavimentos superiores, ambas sem grandeza, com abóbadas de estuque em quadriláteros de florões, revestidas as paredes de grandes espelhos;

As **Salas**, subdivididas muitas delas em várias dependências, com bons tetos de estuque em relêvo, patinados de ouro, e de claros escuros de boa pintura, ornados com pinturas em medalhões e nos ângulos; nomeadamente: a antiga *sala de jantar*, adaptada a Sala do Conselho, elíptica, com abóbada de arestas oitavadas, quatro vãos circulares e oito pilastras de madeira, com obra de talha, adornada de medalhões com pintura e baixos relevos escultóricos em estuque; a antiga *sala de baile*, com cúpula elíptica central, e teto de estuques dourados em relêvo e medalhões de pintura nos ângulos, e na qual se ostenta um belo fogão, em mármore, com colunas salomónicas, que pertencia à sala antiga de jantar; a primitiva *sala de armas*, grande salão cujo teto é constituído por caixotões de estuque, em relêvo.

PALÁCIO FOZ

Séculos XVIII-XIX

Fundação	1777
Acabamento.	1845-1858
Restauros	1889
Novos restauros e ampliações. .	1942 à actualidade

[Freguesia dos Restauradores]

Breve notícia histórica

O Palácio Castelo Melhor, mais conhecido pela denominação de Palácio Foz, é uma fundação do século XVIII, mas cuja realização só se efectuou no meado do século passado. Constitue nas suas linhas harmónicas e sóbrias um belo espécime de arquitectura setecentista, já liberta da influência do barroco e subordinada ao «gosto novo» italiano.

Em 1755 o Terramoto destruiu completamente o palácio que os Castelo Melhor possuíam no lado oriental do que eram então as hortas de Valverde, e que veio a ser (1764) o Passeio Público e depois (1886) Praça dos Restauradores; habitava nesse palácio o 4.º Conde de Castelo Melhor, em 1766 feito 1.º Marquês, D. José Vasconcelos e Sousa Câmara Faro e Veiga. Na posse dos Castelo Melhor estavam umas casas do lado ocidental da actual Praça dos Restauradores, que chegavam à esquina da rampa da Glória, prolongando-se desde o sítio onde veio a ser erguido o Avenida Palace, casas essas que haviam pertencido aos Condes de Faro, dos quais uma descendente e herdeira, D. Guiomar de Távora, casara com o 3.º Conde de Castelo Melhor, D. Luís de Vasconcelos e Sousa. Foi no lugar dessas casas que o Conde D. José pensou em erguer o palácio novo, pensamento que seu filho D. António, que veio a ser 2.º Marquês, pôs em prática em 1777, nove anos depois da morte do pai. O risco do palácio foi dado pelo arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri, ainda em vida do 1.º Marquês, e incluía dois andares, um zimbório e dois torreões extremos, plano que nunca se chegou a realizar por ser considerado excessivo para o local, no qual já se traçara o Passeio Público sobre terrenos das hortas de Valverde que o mesmo 4.º Conde vendera à Cidade por sugestões do Marquês de Pombal, e que o famoso 3.º Conde — o conselheiro de D. Afonso VI — adquirira em 1685.

Fabri morreu em 1807, parando logo as obras, em virtude da situação política do país e da carência de meios; os ajudantes da Fabri, entre os quais o arquitecto António Francisco Rosa, não devem ter chegado a pôr mão no palácio.

Em 1845, a instigações da Câmara, as obras recomeçaram com entusiasmo, era então senhor da casa Castelo Melhor o 4.º Marquês, D. António de Vasconcelos e Sousa, e em 1858 estavam elas

quase concluídas e o palácio habitável quando D. António morreu, em Julho desse ano; no Palácio foi construída também uma rica capela da invocação de N. Senhora da Pureza, depois de haver sido demolida uma muito antiga, do mesmo orago, situada do lado oposto da rampa da Glória, e que em 1711 fôra comprada pelo Castelo Melhor, ministro de D. Afonso VI. Era a frontaria do Palácio um pouco mais simples do que actualmente, com cimalha lisa e um único frontão, o do lado Norte, pois o do lado Sul ainda não estava rematado; do palácio para baixo corria o muro dos jardins e bosque que haviam pertencido aos padres de S. Roque. Em 1878 morreu o 5.º Marquês, D. João, sem descendência, e foi sua irmã, D. Helena, 6.ª Marquesa, quem promoveu a alienação do palácio, adquirindo-o, em 1889, Tristão Guedes de Queirós Correia Castelo Branco, desde 1886 Marquês da Foz, filho do 1.º barão, visconde e conde daquele título. Datam de então as alterações na fachada, com acrescentamento dos frontais as obras interiores de aformoseamento e enriquecimento, levadas a cabo pelo architecto José António Gaspar, pelo escultor Simões de Almeida, pelo entalhador Leandro Braga, pelos pintores Columbano, Malhoa, e outros artistas.

Em 1901 o recheio do palácio foi vendido pelo Marquês da Foz, e o imóvel já em 1908 estava hipotecado ao Crédito Predial, adquirindo-o em praça, em Julho de 1910, o 1.º Conde de Sucena; na posse do 2.º Conde, foi dado como garantia de empréstimo para a construção do novo Eden Teatro à Caixa Geral de Depósitos, acabando este estabelecimento por o adquirir em Julho de 1939, e entrando no ano seguinte no património nacional por compra da Fazenda Nacional à Caixa Geral. O prédio anexo da Calçada da Glória, no qual em 1907 foi construído uma casa de espectáculos «Salão Foz», incendiado em 29 de Janeiro de 1929, e um outro, contíguo, na mesma calçada, onde funcionou, desde 1868 uma sociedade de recreio, «A Matinha», foram também adquiridos pela Fazenda Pública na mesma época e na mesma operação.

A bela capela de N.ª Senhora da Pureza, cujas colunas de mármore adornam desde os princípios deste século a fachada do Museu Militar, aos Caminhos de Ferro, desaparecera em 1901 para alargamento da residência no Palácio dos Marquesses da Foz, e no seu lugar se construiu o Salão Foz inaugurado em 8 de Abril de 1908.

O Palácio Foz, do qual foi principal inquilino desde 1908 até 1938, o Club dos Restauradores, manteve o inquilinato comercial das lojas. Presentemente — e destinado ao Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular — está o edificio beneficiando de grandes obras de restauro, transformações e construção de um corpo novo e grandioso na parte posterior, correspondente à área dos antigos jardins (architecto, Luís Benavente, da Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais), havendo já sido demolidas (1945) várias construções anexas ao palácio, entre elas o «salão dancino», edificado em 1919 sobre a área do jardim e pátio principal. Os estabelecimentos comerciais, o Salão Central e o antigo Salão Foz, desapareceram (1943).

INVENTÁRIO

O Palácio Foz, em prosseguimento das grandes obras de transformação do interior e anexos — as quais restauram, mas não alteram, a parte primitiva — não pode ser inventariado, sumariamente que seja, senão no que constitue o núcleo fundamental, cujas decorações pertencem ao período do Marquês da Foz.

No **EXTERIOR** do Palácio, há a considerar:

A **Frontaria**, e nela:

Os corpos laterais extremos, simétricos e uniformes (o do lado Sul é construção

posterior ao do lado Norte), subdivididos cada um por duas pilastras a tóda a altura, ornados com duas ordens de janelas, cinco no andar nobre, com varanda e sobreverga saliente, sobrepujada de óculo, e quatro de peitoril no primeiro andar; e nêles:

O *portal nobre*, entre duas colunas adocadas, de mármore, com entablamento lavrado de ornatos e rosetas, e sobre o qual assenta a *varanda* destacada da janela central do andar superior, ornada de pináculos nas extremidades; o *frontão* (1890) entre dois lanços de balaustrada limitados por quatro pináculos, coroado por um *grupo escultórico* (Simões de Almeida, tio) e em cujo tímpano se vêem as armas dos Marqueses da Foz esquarteladas dos Guedes — cinco flores de liz em santor —, dos Queirós — esquartel de leões rompantes e seis crescentes em duas palas —, dos Correias — correias fretadas em banda e contrabanda —, e dos Castel Branco — leão em campo;

O *corpo central*, rematado por cinco janelas de mansarda (1890) intervaladas de platibanda de balaústres, e no qual correm duas ordens de onze janelas, do tipo das dos corpos laterais;

A *fachada lateral* sobre a Calçada da Glória, ao nível alto e no tipo da frontaria, fachada que se prolonga até ao edifício novo em construção.

No **INTERIOR** do Palácio anota-se:

O **Átrio**, que o era da Capela (depois Salão Central), e nêle o revestimento das paredes com silhares de painéis de azulejos setecentistas, anteriores a 1730, engrinaldados, representando cenas de batalhas de Alexandre, e que provieram (1890) da antiga Fábrica da Pólvora, em Alcântara, onde em 1938 se viam ainda alguns outros, da mesma série;

O **Vestíbulo**, com quatro colunas de mármore, coroadas por capitéis de bronze patinado de ouro (José Onofre);

A rica **Escadaria**, ao gosto Luís XIV, em três lanços — a mais bela do país —, com paredes de mármore branco, de tons amarelos, e, nela, a sumptuosa «grade» ou «guarda» em quatro panos, de bronze fôsko e aço pulido, chumbado em mármore cinzentos, que tem por adornos, repetindo-se, o brasão dos Marqueses da Foz, entre flabelos de palmas e de folhagens, recamos e rodeios salientes (obra das oficinas Moreau, Paris, do começo do actual século);

A **Galeria** ao alto da escadaria, com quatro alas, embelezada por colonata de mármore branco e cinzento, concepção de Leandro Braga, rematada por cobertura de pintura cenográfica (restaurada em 1929, após um incêndio, na madrugada de 29 de Janeiro, começado no palco do antigo «Salão Foz»;

A antiga **Sala de Jantar**, estilo Luís XVI, também de desenho e ornamentação de Leandro Braga, ostentando medalhões com pintura de Malhoa;

O **Salão Nobre**, ou antiga Sala de Baile, com teto elíptico na parte central sobrelevada, revestido de pintura alegórica, atribuída a Weenix, e, na sanca curva e nas sobreportas, dezasseis medalhões de Columbano, dando figuras decorativas e mitológicas;

Ainda: o corredor ou **Galeria dos bustos**, com cobertura de estuques geométricos, e plintos de mármore verde, suportando bustos decorativos.

[Estas Salas, e outras câmaras, estão tôdas destinadas a restauros].

PALÁCIO FARROBO

(LARANJEIRAS)

Séculos XVIII-XIX

Fundação 1779

[Freguesia de S. Sebastião da Pedreira]

Breve notícia histórica

O Palácio Quintela-Farrobo, conhecido por Palácio das Laranjeiras, na quinta d'este nome onde foi instalado o Jardim Zoológico em 1905, é uma construção setecentista.

A Quinta, onde elle foi edificado, chamada primitivamente de Santo António, pertencia no final do século XVII a Manuel da Silva Colaço, e estava em 1760 na posse de Luis Garcia Bivar, de quem passou para Francisco Azevedo Coutinho. Foi a este que a adquiriu o desembargador Luis Rebelo Quintela em 1779, herdando-a em 1802 seu sobrinho Joaquim Pedro Quintela, quatro anos depois feito 1.º Barão de Quintela. A casa palaciana e os jardins admiráveis que a rodeavam foram do risco do padre, religioso da Congregação do Oratório, Bartolomeu Quintela, tio do 1.º Barão, que foi quem ordenou a renovação da quinta e a edificação do palácio em substituição de decrépitas casas existentes até então. Contudo foi o 2.º Barão de Quintela, 1.º Conde de Farrobo — o qual muito novo entrara na posse da enorme fortuna de seu pai e na administração do morgado do Farrobo — quem promoveu no Palácio das Laranjeiras os melhoramentos e embelezamentos que, pelo fausto e bom gosto, deram brado em Lisboa durante meio século.

O famoso Teatro das Laranjeiras, rudimentar na sua primeira fase, foi inaugurado em 1820, reedificado com esplendor em 1842-43 pelo risco de Fortunato Lodi, sendo consumido por um incêndio em 9 de Setembro de 1862.

O empobrecimento do Conde de Farrobo, o qual nos últimos anos de vida renunciara ao título e vivia de uma pensão do Estado (morreu em 1869), determinou a venda em hasta dos seus bens; em 1874 o palácio e quinta foram adquiridos por um titular espanhol, Duque de Abrantes y Linares, e em 1877 passava a um comendador José Pereira Soares, que comprou também as vizinhas Mata das Aguas Boas e Quinta dos Barbacenas, esta antes pertencente a Vicente de Castro Guimarães, que a herdara da Condessa de Lumiares, D. Luísa de Meneses, a qual, por sua vez, a havia recebido por herança de seu filho, Francisco da Cunha e Meneses, da casa dos Condes de Vimieiro,

na qual a dos Barbacenas caíra. Reuniram-se assim três quintas numa única — a denominada ainda hoje das Laranjeiras, comprado aos herdeiros de Pereira Soares, pelo Conde de Burnay, em Junho de 1903.

Em 1905, transferido do Parque de José Maria Eugénio de Almeida, em Palhavã, onde se instalara em 1884 (fôra criado no ano anterior), o Jardim Zoológico ocupou grande parte dos terrenos do Parque e Jardim das Laranjeiras, continuando o palácio, e a sua zona ajardinada privativa, na posse efectiva da família Burnay; em 1918 foi expropriada a favor do Jardim Zoológico a Quinta das Aguas Boas, por efeito de um acto do poder legislativo. Em 1940 o Ministério das Colónias adquiriu aos herdeiros da Condessa de Burnay toda a propriedade rústica e urbana, continuando o Jardim Zoológico no usufruto dos terrenos e instalações que ocupa, e que fazem parte integrante do palácio, como sejam os belos jardins sob a frontaria e a esplanada reintegrada recentemente no gosto paisagista italiano primitivo.

Foram muitos, e alguns de mérito, os artistas que, em várias épocas, trabalharam nas decorações interiores do palácio, nomeadamente João Paulo da Silva, discípulo de João Grossi, Félix Salla (estes ainda no século XVIII), Cinatti, António Manuel da Fonseca e o arquitecto Hilbradt (os que decoraram também o Palácio Quintela, da Rua do Alecrim).

INVENTÁRIO

O Palácio Quintela-Farrobo, ou «das Laranjeiras», está presentemente beneficiando de obras de amplo restauro no interior, orientadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e custeadas pelo Ministério das Colónias, as quais visam a valorizar o relativo merecimento artístico do edifício.

Anota-se:

O EXTERIOR, e nêle:

A **Fachada Nascente**, sôbre a Estrada das Laranjeiras, constituída por um corpo único, com duas portas de serviço e quatro janelas no andar inferior, e com onze janelas de varanda no andar nobre, sendo a do centro mais larga e guarnecida superiormente; na seqüência desta fachada, para Norte, situa-se o grande *portal* em ferro do Pátio, emoldurado por pilastras coroadas de vaso decorativo, ao centro de uma cortina gradeada de varões;

O **Pátio**, cujo fundo aberto liga directamente aos jardins, e nêle:

A **Fachada Norte** do palácio, constituída por um corpo único de linhas simples, no

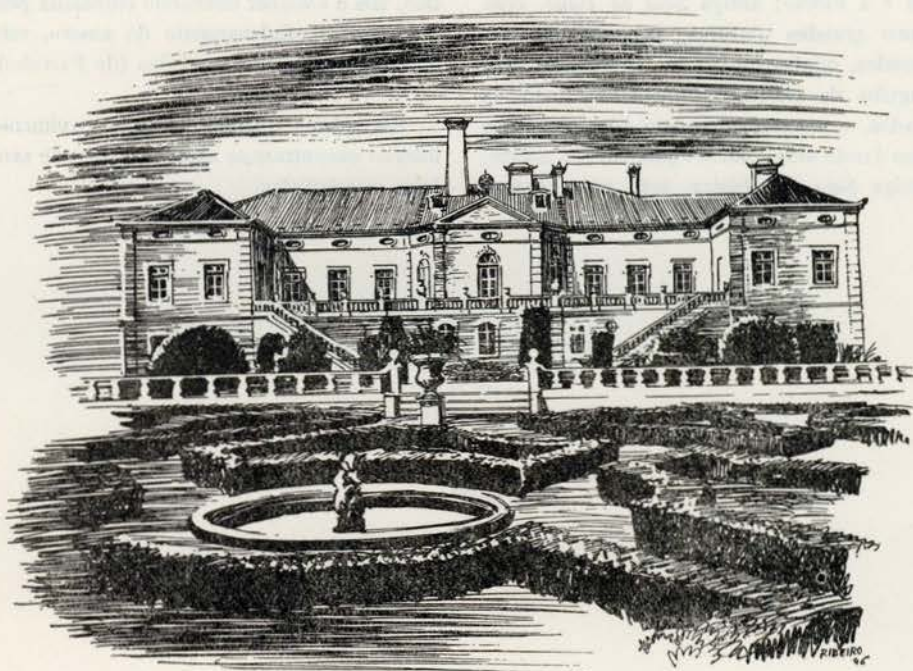
qual se rasga a *porta* principal, emoldurada, em cantaria, entre duas janelas por cada lado; a **Fachada do teatro** (construído em 1820, restaurado em 1842 e incendiado em 1862), com uma bela frontaria decorativa, constituída por quatro *colunas* de mármore de ordem dórica, que sustentam o frontão, coroado este por uma estátua de mármore, figurando a *Arte*; adiante da base de cada coluna assenta sôbre plinto raso uma figura, de mármore, de representação fabulosa (esfinges).

A **Fachada Poente**, constituída por três corpos, simétricos, mas de desigual alinhamento, e nela: o *corpo central*, recuado em relação aos corpos extremos — dando assim lugar a um *terraço*, para o qual, desde o jardim, se sobe por um lanço, desdobrado,

de escadaria, guarnecida de cortina de cantaria — ,*corpo* êste do qual, por sua vez, avança, entre corpos laterais com três portas-janelas cada um, um novo corpo central de três faces, em cada uma das quais se rasga uma porta-janela, guarnecida e rematada em arco, correspondente ao salão nobre; o tímpano do corpo central é coroado por esfera armilar;

Os **Jardins**, reconstruídos em 1942-1943 no gosto francês (usufruto do Jardim Zoológico), defendidos dêste Jardim, antiga Quinta das Laranjeiras, por uma decorativa teia de balaustrada.

A **Quinta** (Jardim Zoológico), na qual se encontra, na alameda principal, um decorativo obelisco, a atestar uma visita régia.



O **INTERIOR** pelo estado de obras não permite descrição pormenorizada; anota-se sumariamente:

O **Átrio**, cujo acesso se faz pela porta principal da fachada Norte, com teto de estuque em relêvos, envolvendo uma pintura central, em oval, de significação alegórica, e com silhares de azulejos de grinalda;

A **Escadaria**, à esquerda do átrio, abrindo de um arco de volta abatida, com dois lanços pobres, terminando numa **Galeria**, guarnecida de cortina, cuja cobertura tem no centro, em tela a óleo, restaurada no final do século passado, uma alegoria representando «O Amor e Psiché».

As **Salas** quase tôdas com pinturas a óleo no teto, nas paredes e nas sancas (algumas

de António Manuel da Fonsca e outras de pintores estrangeiros), salas nas quais predominam os estuques de relêvo ao gosto italiano (João Paulo da Silva e Félix Salla, milaneses); anota-se sem ordem de sequência (tôdas as salas estão — Abril de 1946 — em obras):

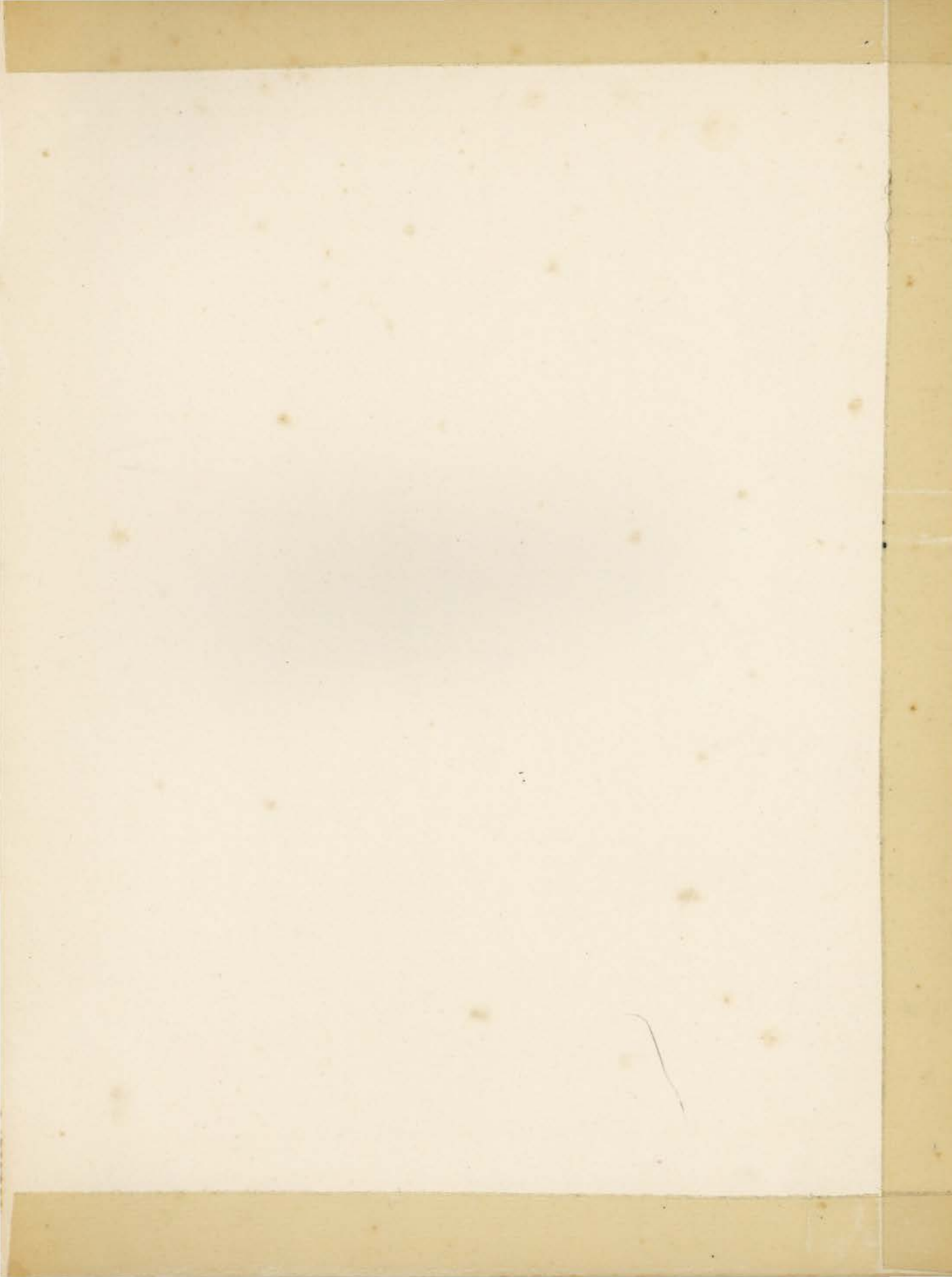
Antiga *Sala de Jantar*, com pintura alegórica no teto, representado a «Abundância e a Flora»; antiga *Sala de Baile*, com cinco grandes pinturas de paisagens nas paredes, quatro medalhões, a têmpera, nos ângulos da sanca, representando meninos alados, e, ao centro do teto uma pintura a óleo dando uma grande águia em vôo aberto; antiga *Sala de Música*, com uma pintura

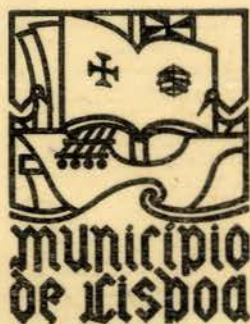
mitológica no teto, e ainda com oito medalhões na sanca com alegorias à dança, música, teatro e outras artes; grande *Salão*, com teto de maceira elevado, revestido de ornatos de estuque, e com doze medalhões circundando a sanca, e, ao centro do teto, uma grande pintura alegórica; ainda *outras salas* ou câmaras, na mesma característica, ou sejam os estuques em relêvo, e pinturas centrais nos tetos, sempre de sentido alegórico, tais a «Mulher dormindo embalada pelo amor», e o «Enlevamento do amor», esta no antigo «Quarto do Conde» (de Farrobo).

Em várias dependências do pavimento inferior encontram-se alguns silhares de azulejos setecentistas.



COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA C. M. L.





PREÇO
12 \$ 50

9316383



INVENTÁRIO DE LISBOA

D

07